

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 18 DE
DEZEMBRO DE 2007, ÀS 14H30MIN, NO
AUDITÓRIO DA SECRETARIA
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
PRESIDIDA PELO SR. RASCA
RODRIGUES E SECRETARIADA PELO
SR. PAULO ROBERTO CASTELLA
SECRETÁRIO EXECUTIVO.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12 **O Sr. Paulo Roberto Castella:**- Gostaríamos de iniciar a 70ª Reunião Ordinária do
13 Conselho Estadual do Meio Ambiente pedindo primeiro desculpas pelo Secretário Rasca
14 Rodrigues que teve compromisso com o governador, não agendado, e pede desculpas e assim
15 que ele puder estará retornando à casa para terminar a nossa reunião. Primeiro assunto de
16 pauta e gostaria de verificar com os senhores, que seria a aprovação da Ata da reunião
17 anterior. Considerando que a Ata da reunião anterior só foi encaminhada, ontem, no final de
18 tarde, gostaria de consultar aos Conselheiros se poderíamos retirar de pauta e deixar essa
19 aprovação para a próxima reunião Ordinária do Conselho, se concordarem permaneçam como
20 estão, caso contrário que se manifestem. Está retirada de pauta, fica para aprovação para a
21 próxima reunião do Conselho, agendada para a segunda quinzena de fevereiro de 2008.

22 O próximo assunto de pauta será apresentação do Sr. Prefeito de Capanema do projeto
23 Doce Iguassu que foi discutido aquela moção de apoio na reunião passada, em que os
24 Conselheiros solicitaram uma apresentação formal da prefeitura de Capanema, pelo prefeito e
25 também pela ECOPARANÁ e não está presente Promotoria de Meio Ambiente, mas será
26 encaminhado à Promotoria de Meio Ambiente cópia do DVD desta apresentação e caso
27 coloque ao final da apresentação a proposta de moção de apoio, vai ser também encaminhado
28 à Promotoria Pública – Dr. Saint Clair.

29 Convidamos o Sr. Prefeito de Capanema – Milton Kafer para iniciar a apresentação do
30 Projeto Doce Iguassu e da proposta da readequação ambiental das propriedades.

31 O Sr. Milton Kafer (Prefeito de Capanema):- Boa tarde a todos, quero cumprimentar o
32 Paulo Roberto Castella que é o Secretário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, também
33 os demais membros, agradecer a oportunidade de estarmos aqui no dia de hoje, defendendo
34 um projeto que nós começamos a trabalhar tão logo assumimos a prefeitura, a administração
35 de Capanema. Não sei se os senhores ou as senhoras sabem, mas Capanema é um município
36 de 18 mil habitantes, faz divisa com a Argentina e com o Parque Nacional do Iguaçu. Somos
37 pautados lá na agricultura familiar, Minifúndio. Tivemos um grande problema com relação ao
38 meio ambiente que acho que a grande maioria das pessoas do Estado do Paraná e o Brasil
39 sabem, que foi o fechamento da Estrada do Colono, tivemos vários e vários problemas e
40 enfrentamentos bastantes problemas, na verdade, até com Polícia Federal que nós resolvemos
41 mudar o tom. Ao invés de enfrentamento procuramos o diálogo, a conversa para que a gente
42 possa, dessa forma, avançar no sentido da gente se preocupar com a nossa população, com a
43 questão social, mas, também, com a preservação do meio ambiente. Então nós implantamos
44 no nosso município, tão logo assumimos, uma extensão da Escola Parque junto com o Parque
45 Nacional do Iguaçu. Melhoramos e desenvolvemos bastante a distribuição de mudas para que
46 fosse feita a recomposição da mata ciliar e trabalhamos, então, a parte social que é o
47 aproveitamento dos pontos turísticos. Para isso conversamos bastante com o pessoal do
48 IBAMA, com o pessoal da ECOPARANÁ, IAP, na região. Depois estivemos aqui em
49 Curitiba, também, com a Promotoria Pública da região, aqui em Curitiba. Tivemos reuniões
50 com o Saint-Claire e viemos, hoje, apresentar aquilo que é possível neste momento
51 encaminhar para que a gente tenha a oportunidade de, além de fazer a recuperação do meio

52 ambiente, mas, também, de um modo sustentável e conseguirmos manter as nossas famílias
53 nas suas propriedades.

54 Vou pedir para a Cláudia que é a Diretora de Turismo do nosso município para que ela
55 faça a apresentação. Está aqui, conosco, o Secretário Municipal de Indústria e Comércio e
56 Turismo – o Luiz, e o Guilherme Neto que é o Presidente da Associação Doce Iguassu.
57 Procuramos também fazer com que não fosse um trabalho somente de uma administração. Por
58 isso que procuramos criar essa Associação para que os próprios proprietários tivessem um
59 engajamento e uma continuidade de trabalho, que todos sabem que os cargos públicos eles
60 passam, mas a gente precisa pensar na continuidade do trabalho.

61 Obrigado pela oportunidade e a gente espera que o voto seja favorável, por que quem
62 vai ganhar com isso? Além das pessoas que moram em nosso município e na nossa região,
63 mas, também, o meio ambiente. Esse é o nosso propósito para que a gente possa avançar.
64 Obrigado.

65 A Sra. **Cláudia** (Diretora de Turismo de Capanema):- Boa tarde a todos. O Castella
66 entrou em contato conosco e nos colocou alguns questionamentos que vocês fizeram na
67 última reunião de aprovação. Então a questão aqui: quem são os atores envolvidos e as ações
68 de cada um para a implantação da proposta. Temos os parceiros que um deles é o Parque
69 Nacional do Iguaçu, hoje, Instituto Chico Mendes que trabalhou a questão da implantação –
70 implantar, desenvolver e fomentar o turismo sustentável no entorno do Parque. Certo. Uma
71 das ações é essa questão da proposta ambiental. Porque hoje temos vários balneários, a gente
72 trabalha com propriedades ribeirinhas ao Rio Iguaçu. Outro parceiro forte é a ECOPARANÁ,
73 que depois vai estar aqui explanando as ações, que também está dentro de fomentar a criação
74 do roteiro, desenvolver o turismo e a divulgação do nosso roteiro Doce Iguassu.

75 Doce Iguassu. Doce porque a gente tem o melado, a produção da cana-de-açúcar, a
76 produção de melado, do açúcar mascavo e Iguassu por causa do Rio Iguaçu, do Parque
77 Nacional do Iguaçu. Outro parceiro da Associação que está desenvolvendo aí é a
78 administração municipal nós e Emater, apoiando em todas as ações, em todas as fases e
79 também com a infra-estrutura: máquinas, técnicos, viveiros de mudas com o Programa Mata
80 Ciliar, cursos, sinalização, etc. outros parceiros então que a gente buscou foi SEMA e IAP.
81 Aqui, num primeiro momento, buscamos SEMA e IAP regional – Francisco Beltrão. Numa
82 reunião eles colocaram que fugia do controle deles, que não era questão para eles resolverem
83 e sim para trazer para o Estado, para o Conselho. Então por isso que hoje estamos aqui.

84 Outra é a Promotoria do Meio Ambiente como foi falado, a questão de
85 acompanhamento do e que esteve na última reunião e depois vamos colocar a cópia da última
86 reunião que tivemos com o Rasca, com o Saint-Clair, com a ECOPARANÁ, Parque Nacional
87 e Prefeitura. E a Associação Doce Iguassu que é a executora e que está colocando na prática
88 todo o trabalho de turismo sustentável. Outro questionamento é a questão do papel da
89 ECOPARANÁ, e aí chamo a Kátia, porque nada melhor do que a técnica da ECOPARANÁ
90 para estar falando um pouco do trabalho das ações da Eco.

91 A Sra. **Kátia Pimentel Koti** (ECOPARANÁ):- Boa-tarde. Vou falar sobre o papel da
92 Eco junto o Roteiro Doce Iguassu de Capanema. No Plano de Manejo do Parque Nacional do
93 Iguaçu consta como uma das ações o desenvolvimento sustentável entorno do parque. É uma
94 proposta de trabalharmos o turismo como ferramenta para conciliar o desenvolvimento
95 econômico social aliada à preservação ambiental indo ao encontro das falsas políticas
96 públicas para o entorno das unidades de conservação.

97 O IBAMA e a ECOPARANÁ há algum tempo, uns quatro anos, negociaram um
98 programa que tinha objetivo o desenvolvimento do entorno do Parque Nacional do Iguaçu que
99 se chama “Programa do Turismo Sustentável do entorno do Parque Nacional do Iguaçu”. São
100 doze municípios que fazem parte desse entorno, Capanema e Serranópolis do Iguaçu são os
101 municípios que mais nos deram retorno e se colocaram dispostos a desenvolver o turismo.
102 Então o roteiro do Iguaçu está dentro de um programa da ECOPARANÁ que finalizou no

103 começo de 2006 e que estamos buscando junto ao IBAMA o estabelecimento de um novo tipo
104 de parceria, a princípio estaríamos dando apoio ao município de Capanema e Serranópolis que
105 são mais desenvolvidos em relação ao turismo.

106 A ECOPARANÁ é vinculada com a Secretaria de Estado de Turismo, somos
107 constituídos com a modalidade de serviço social autônomo, possui um contrato de gestão com
108 o Estado do Paraná através da Secretaria de Turismo e nossa área dentro do turismo no Estado
109 é a questão de desenvolvimento do destino turístico, que entra a parte de roteirização, apoio
110 aos empreendedores, de organização da atividade para que ela seja formatada para venda, para
111 comercialização. Dentro do nosso papel no Estado, entramos com o Programa do Entorno do
112 Parque Nacional do Iguazu para desenvolver o turismo. O Roteiro Doce do Iguassu é na
113 realidade um dos resultados do Programa, aqui trouxe uma revista que sintetiza todo o
114 trabalho que é desenvolvido, falamos do roteiro, também tem a última ata que a Claudia
115 acabou de citar e um folder do Roteiro do Doce do Iguassu de Capanema. Vou deixar com o
116 Castella para distribuição.

117 A Sra. **Cláudia**:- Outro questionamento foi o custo de implementação, financiadores e
118 cronograma da proposta. Vimos que este questionamento seria para um segundo plano, um
119 segundo trabalho. Estamos esperando essa resposta do Conselho para esta proposta, daí irmos
120 a segunda etapa que é o custo de implantação, os financiadores e o cronograma, quanto tempo
121 vamos levar o que vamos fazer. Mas até então já tivemos vários custos, vários investimentos
122 que fizemos no município que é a extensão da Escola Parque que é no Parque Nacional do
123 Iguazu, melhoria das estradas rurais e também o viveiro de muda que temos a parceria do
124 Programa Mata Ciliar, distribuindo muitas mudas no município.

125 Em que fase se encontra a proposta? Todas as propriedades hoje que estão no roteiro,
126 que são 35 propriedades, todas já estão com o mapeamento da propriedade para dar entrada
127 no SISLEG. Não demos entrada ainda porque estamos esperando essa proposta da equação.
128 Porque se fossemos entrar hoje a lei é clara, teríamos que cumprir as metragens que está na lei
129 hoje. Então todos estão com o mapeamento esperando essa proposta para ver qual
130 encaminhamento vamos dar, sendo ribeirinhas ou não do Rio Iguazu. Estão reflorestando e
131 conservando o que tem, que isso já é um grande ganho, não estão mais retirando das suas
132 propriedades. E hoje como já estamos com o roteiro implantado, já estamos comercializando,
133 já estamos recebendo visitas técnicas e turistas, já estamos usando a mata ciliar para o
134 turismo, que são os balneários e depois vou mostrar para vocês.

135 Então esse é o nosso Roteiro de Turismo Rural Doce Iguassu, temos: a administração
136 municipal, Parque Nacional do Iguazu, Instituto Chico Mendes, ECOPARANÁ, IBAMA,
137 Associação Doce Iguassu com o apoio da Emater e do IAP. Aqui são os trabalhos realizados,
138 começaram em 2004 que é este Plano de manejo que a ECOPARANÁ fez com oficinas e
139 planejamento participativo. Já tivemos mais algumas propriedades que entraram no roteiro,
140 estão mapeadas, visita técnica tanto da ECOPARANÁ como do Parque Nacional do Iguazu, a
141 própria prefeitura para levantar, quais os potenciais, o poderia estar melhorando. Hoje esta
142 propriedade, está no exemplo que vocês ganharam, já está toda reflorestada, as arvores já
143 estão altas. A gente procura dar apoio às propriedades que têm interesse no roteiro. Captação
144 de cursos e treinamento para o grupo, para a associação; realização de caravanas técnicas em
145 busca de novos exemplos; realização de reuniões periódicas para trabalhar tanto o turismo
146 quanto a questão ambiental, pois estamos no entorno do parque e é uma grande preocupação
147 nossa. Algumas ações da administração: criação da Secretaria de Indústria e Comercio do
148 Turismo, Departamento de Turismo e Departamento de Meio Ambiente. Estou trabalhando no
149 Departamento de Turismo e temos uma engenheira florestal acompanhando toda a questão do
150 Programa de Mata Ciliar e toda a questão das 208 propriedades. E também a extensão da
151 Escola Parque; Planejamento Turístico, através da ECOPARANÁ, do Parque Nacional do
152 Iguazu, temos todo um planejamento e vamos dar continuidade; continuidade e fortalecimento
153 dos trabalhos existentes – procuramos não inventar nada e sim continuar um trabalho

154 começado em 2004, com a outra gestão; investimentos da prefeitura, ECOPARANÁ e
155 Parque; criação do roteiro; sinalização, cursos de formação e qualificação para os
156 empreendedores, divulgação, melhoria das estradas rurais e apoio com horas/máquinas;
157 também a criação de uma marca coletiva que é natural do campo – uma marca para fortalecer
158 a questão social do município; temos também forte, criamos a Associação de Turismo Doce
159 Iguassu, como o prefeito falou, para continuar, ter um trabalho continuado. Porque se muda
160 governo, muda prefeito e acaba, ninguém quer criar o filho dos outros. Estamos com um
161 Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente ativo, tudo passa pelo Conselho.
162 Capanema, hoje, é um município modelo na Região Sudoeste de turismo, estão vindo
163 caravanas do Sudoeste, estamos na regionalização do turismo e nós estamos na frente.
164 Capanema também é referência nacional da produção orgânica. Temos uma parceria com a
165 Suíça – uma empresa que faz a comercialização, temos uma fábrica de lecitina – soja
166 orgânica e também uma parceria com a França na questão da produção de leite. As
167 agroindústrias estão tendo oportunidades de negócio, cobrando as visitas técnicas, e o turismo
168 hoje, em Capanema, turismo sustentável já está gerando renda e está proporcionando emprego
169 para muita gente já. Estamos conseguindo desenvolver essa questão.

170 Criação então da logomarca, do roteiro onde queríamos mostrar o Parque Nacional, a
171 curva do Rio Iguazu. Para quem conhece Capanema tem a curva acabando com uma gota de
172 melado. Certo! Aí está mostrando o Rio Iguazu e o doce do melado. Aqui um pouco da
173 organização das propriedades – o antes e o depois. A gente procura sempre, a mania do
174 produtor rural, hoje, é estar pintando as árvores, fazendo aquelas meias nas árvores e estamos
175 conseguindo conscientizar que não é legal fazer isso e o povo consegue fazer a coisa bacana.

176 Sinalização turística especial. A sinalização a gente procurou fazer, como somos
177 fronteira com a Argentina, né, temos o marco da fronteira, então a sinalização foi feita no
178 formato do marco e com pedra retirada da lavoura. Temos plantação de pedra lá, então a
179 matéria-prima foi toda retirada de graça, praticamente, e essa sinalização especial foi uma
180 parceria com a ECOPARANÁ, prefeitura e ECOPARANÁ.

181 Implantação da sinalização rodoviária. Elaboração e confecção de folders que vocês
182 receberam aí. Conscientização nas comunidades. Hoje estamos indo – a Secretaria com a
183 Associação em todas as comunidades conscientizar tanto para o turismo como para o meio
184 ambiente. Como o prefeito falou é uma briga de foice, é uma briga constante por causa da
185 Estrada do Colono e a população está mais conscientizada e está conseguindo ter um retorno
186 com o turismo. E agora vou mostrar um pouquinho do que a gente tem de turismo:

187 - Alambique Matraga; cachaça orgânica bidestilada; Cantinho das Orquídeas – um
188 orquidário; o artesanato local; Magarancho onde temos um museu que é no formato de um
189 rancho; temos uma capela e uma réplica do caminho de Cristo – é uma chácara. As
190 agroindústrias derivadas de panificação; aqui derivados da cana-de-açúcar que é a produção
191 de melado e açúcar mascavo; a Casa Familiar Rural que é um projeto, uma escola rural, do
192 campo que trabalha a pedagogia da alternância. Fazemos visita para mostrar a realidade.

193 - Produção orgânica de bromélia comestível, que é abacaxi.

194 - Balneário que esses são os nossos problemas e por isso estamos aqui levantando a
195 questão. Balneário Araucária, aqui Parque Nacional – o Rio Iguazu; Balneário Martini e hoje
196 vocês podem ver que fala-se "Ah, por que não tem mata ciliar?" Temos um grande problema
197 lá que é a questão que quando chove demais as barragens abrem as comportas e leva o que
198 tiver. Esse é um dos grandes problemas, hoje, que estamos enfrentando para reflorestamento.
199 Já está totalmente diferente, aqui já está toda arborizada.

200 - Produção orgânica, aqui ele mostra um pouquinho da produção: apicultura, uva e
201 passeio de carro de boi.

202 - Construímos um mirante para estar vendo a questão do Parque Nacional, uma curva
203 bem bacana, e quem nos ajudou nisso foi o Parque Nacional. Mandou os técnicos de lá para
204 fazer o guarda-corpo.

205 - Balneário Peretti – aqui quando dá enchente a água vai ao topo das árvores aqui.
206 - Fazenda Sinuelo – é uma Fazenda hotel; Camping Urutau que, recentemente,
207 tivemos agora uma licença do Parque Nacional, do Instituto Chico Mendes, para estar
208 trabalhando a questão do passeio de barco. Esses passeios de barco faz dois meses que
209 estamos aí trabalhando. Aqui é o Salto Faraday onde acontece o rafting. E aqui temos cinco
210 ilhas em Capanema que também estão no Plano de Manejo do Parque, que está previsto para
211 trabalhar o turismo, fazer camping. Aqui é a entrada do Rio Floriano, a foz; uma cachoeira
212 dentro do Parque.

213 É isso que a gente tinha para mostrar. Fica aberto para perguntas.

214 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- Antes de passar aos questionamentos, gostaria de
215 registrar a presença da Prefeita Municipal de Campina Grande do Sul – Anelice Cristiane Dal
216 Pra. Então, lembrando, que continua a proposta de se aprovar a moção de apoio ao projeto de
217 readequação ambiental das propriedades do município de Capanema. Depois dos
218 questionamentos espero que possamos votar essa moção, com alterações ou não de acordo
219 com o que a Secretaria Executiva e o próprio Secretário Rasca possam encaminhar. Está
220 aberta a palavra aos senhores Conselheiros. Com a palavra a Conselheira Laura.

221 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Nós, aqui, representamos o
222 movimento ambiental, conheço bem a região e estive lá na Audiência Pública na luta contra a
223 abertura da Estrada do Colono e fico até contente em ver que há uma mudança de postura.
224 Isso é positivo, é evolução e é também, talvez, amadurecimento das questões ambientais.
225 Estive em agosto ali na região, fui a Capanema, fui ao Porto Lupion, inclusive conversei com
226 algumas pessoas, moradores, alguns já têm a compreensão que é preciso mudar, outras acham
227 que não, que tem produzir, que usam agrotóxico, que o importante é produzirem.

228 Então a mudança cultural, a mudança de comportamento é um processo que não se
229 consegue de um dia para o outro, tem que começar fazendo alguma coisa e também vejo que
230 as pessoas preservam ou destrói se elas vêem acumulação de capital, o lucro em si. Ou para
231 preservar ou para destruir tem que ter o lucro, é claro que se for um lucro preservando é muito
232 melhor que um lucro destruindo. Agora, a questão que nos colocam, e é bastante sério, que é
233 de se flexibilizar a lei, porque na verdade o que se pede é isso, flexibilizar a lei ou não. A
234 iniciativa ao projeto acho ótimo, acho que tem que continuar e ser apoiado, agora quero ouvir
235 mais dos outros Conselheiros para amadurecermos a posição. Cabe a nós flexibilizar ou não.
236 Queremos apoiar sim o projeto, porque a iniciativa é boa, mas queremos ver resultados. Você
237 mostrou alguma coisinha que dá para termos uma noção, mas o certo é se ver lá,
238 concretamente. Os moradores, os ribeirinhas mesmo, a própria questão da enchente, enchente
239 dá algumas vezes por ano, mas o problema maior não é a enchente. A enchente ocorre
240 também porque o rio está assoreado, porque falta mata ciliar, a própria questão
241 desenvolvimento mudanças climáticas que vão intensificar o regime de chuva e de seca.
242 Queria ouvir primeiro mais alguns colegas para me posicionar, só estou provocando a
243 discussão.

244 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- O projeto não fala em flexibilização da lei,
245 não é esse o objetivo aqui, o projeto está muito bem claro. É uma questão de uma outra visão
246 dentro desse processo de recuperação e de não querer flexibilizar, mas que se faça uma
247 readequação ambiental, justa, correta, dentro desse ponto de vista social, dentro das
248 propriedades tem o seu papel de agregação, de um fator social forte.

249 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Recebemos junto com essa
250 documentação uma Ata, só queria fazer algumas perguntas a respeito da Ata. Ela diz que
251 houve a presença de várias autoridades e que o Dr. Saint Clair estaria arguindo sobre a
252 necessidade de recuperação de mata ciliar com cem metros de largura e áreas urbanas 30
253 metros. Aí diz que o Dr. Ivan que representa o PARNA IGUAÇU, Parque Nacional do
254 Iguaçu, fala em 30 metros e fala aqui também que o Secretário Rasca levaria essa proposta ao
255 Conselho e determinaria que um técnico do IAP acompanhasse o processo e que montasse um

256 tema de compromisso de ajustamento de conduta para ser apresentado ao Conselho. Como
257 não recebemos esse termo, queria saber se isso já foi feito, se não foi em que pé está, porque
258 para darmos um parecer acredito que tenhamos que passar por essas documentações.

259 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Só queria esclarecer que quando
260 você cita ali “Parque Nacional do Iguazu, Instituto Chico Mendes”, na verdade o Instituto
261 Chico Mendes é o órgão que está derivando do IBAMA. Então Parque Nacional do Iguazu
262 está dentro do Instituto Chico Mendes. Ele não é a mesma coisa, ele é uma parte, uma unidade
263 de conservação dentro do Instituto Chico Mendes.

264 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Só esclarecendo, Conselheira Vânia, que
265 esta proposta do Parque de se fazer todo o acompanhamento, vejo isso claro que nesta moção
266 de apoio devem ser colocadas as condicionantes para o Parque: fica condicionado ao próprio
267 termo de ajuste e conduta aquilo que se determinar em uma moção, ou alguma coisa que o
268 Conselho possa estar encaminhando uma moção de apoio, uma moção de recomendação para
269 um ajuste de conduta do TAC. Poderíamos estar encaminhando para isso e não postergando
270 uma decisão para ano que vem. Poderíamos conduzir das duas formas, propor uma moção de
271 recomendação para o TAC. Conselheira Laís.

272 A Sra. **Laís Bacilla** (IFAS):- Prefeito, parabéns por sua iniciativa! Nem sempre fazer a
273 coisa certa é fácil, mas queria dizer que quem colocou todas essas ponderações e convidando-
274 os fui eu. Tenho uma experiência em fazer projetos, são quase 12 anos, preocupou-me muito a
275 participação dos atores sociais. O senhor está aqui, mas mais dois, três anos pode não estar
276 mais e a sociedade necessita da continuidade desse projeto, portanto, tem que ficar
277 evidenciada a participação dos agricultores. É a eles o processo mais difícil.

278 Questionei algumas coisas, desculpe, cheguei um pouquinho atrasada, mas me
279 preocupa viveiros florestais das espécies da região. Eu mesmo acompanhei um viveiro de
280 Itaipu, muitas espécies já desapareceram na região por conta de barragens e outras coisas. Se
281 existe um inventário de fauna, flora na região? Espécies já migraram por conta de barragens,
282 de alagamentos, se essas espécies ainda estão lá em Capanema, se podemos repovoá-los,
283 trazer esses animais. Conheço um município em Santa Catarina que tem gente que atravessa
284 quase mil quilômetros para ver um puma, porque é a única região que tem o puma. Então o
285 turista vai onde muitas vezes tem uma espécie interessante turisticamente. Vi que o seu
286 município atende o ecoturismo, está corretíssimo. É o que realmente vai atrair divisas e
287 riquezas para o município. Acho que o senhor está certo. Vi que existem muitas nascentes, foi
288 visto aqui, preocupa-me, acho que essa é a principal causa, acho que Itaipu tem um papel
289 muito importante nisso porque essas águas devem abastecer certamente a bacia, então faria
290 uma sugestão de um Parque Municipal. Hoje estou numa linha de parques municipais. E falei
291 muito na questão da Reserva Legal aqui, se as áreas foram degradadas, se foram desmatadas
292 antes de 1992 os agricultores podem receber os créditos de carbono. Então me preocupa
293 também porque eles têm algum retorno financeiro, porque sei o quanto às vezes é difícil até
294 manter, ter uma resistência em andar com esses projetos.

295 No mais, minha opinião é que aprovemos já, Castella. Acho que o ambiental não pode
296 esperar. Todo esse cenário, venho acompanhando mudanças climáticas há cinco anos, e acho
297 que essa é minha última participação dentro do Conselho, acho que ano que vem não estou
298 mais. Tem uma outra pessoa que vai me substituir e vou apresentar no final, que a gente sabe
299 e vai mudar muito essa mesma bacia. Pode ser que esse cenário não seja mais o mesmo daqui
300 a dois anos. Mas acho que todas as iniciativas são louváveis e temos que apoiar. A minha
301 opinião, perante minhas colegas e me desculpem as costas, é que a gente faça a aprovação
302 imediata do que está sendo proposto: aprovar a moção. Obrigada!

303 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Gostaria de consultar quem mais dos
304 Conselheiros gostaria de se manifestar.

305 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Vê-la recordar que na reunião anterior em que foi
306 proposta a vinda da prefeitura aqui, saí de imediato em aprovação dessa moção, embora ela

307 nos induza a contrariar a Lei – que é um drama terrível. O trabalho de vocês é excelente,
308 parabéns, deverá servir para todo o Paraná e, quem sabe, desculpem a pretensão mas para
309 todo o Brasil. É uma lição de mudança de postura, de ajustamento, de conduta
310 verdadeiramente frente às necessidades ambientais que temos.

311 Tenho certo de que este Conselho extrapole as suas abrangências e aprove uma não
312 observância da Lei. O Código Florestal art. 2º é muito claro, e, na verdade, não sei direito
313 como deveremos aprovar uma moção desse tipo. Porque o trabalho é excelente, mas, penso
314 que temos que discutir melhor esse assunto – Castella, para não incorrerem num passo em
315 falso. No momento é esta minha posição.

316 O Sr. **Adriano Reisemberg** (SEAB):- Creio que este Conselho não tem o poder de
317 desobrigar ninguém de cumprir a Lei. O trabalho, sem dúvida, é louvável. Temos a maioria
318 das propriedades do Paraná, hoje, que estão à margem da legislação: tanto no que se refere à
319 mata ciliar; quanto a questão da reserva legal. Acho que a moção que este Conselho pode e
320 deve aprovar é uma moção de apoio ao projeto que busca uma adequação com a legislação.
321 Sabemos que no Paraná existem prazos a serem cumpridos, a cada ano que passa acho que
322 estamos numa situação pior, porque as ações são mínimas e estamos chegando perto do prazo
323 final de cobrar o que prevê a legislação. Então acho que a moção é nesse sentido: apoiar o
324 projeto observadas as normas legais, para que isso que se está fazendo em Capanema
325 aproxime cada vez mais, dentro desse lapso de tempo que existe, ao que a Lei prevê na
326 questão da mata ciliar.

327 O Sr. **Aristeu** (FETAEP):- Boa tarde a todos. Também queria dizer que estamos
328 dando uma oportunidade ao município, à administração, às parcerias e aos agricultores,
329 estamos dando uma oportunidade de mostrarem aquilo que são capazes de fazer ou que não
330 são capazes de fazer. Acho, também, que não seja uma posição assim definitiva, para sempre,
331 o tempo vai dizer se esse é um projeto que irá dar certo ou errado. Como Conselheiro nosso
332 apoio seria no sentido de que implemente o projeto e às instâncias maiores é que decidem o
333 que irão fazer. Como representante da agricultura familiar não poderia, de maneira nenhuma,
334 negar o apoio a uma iniciativa assim que pode prosperar pelo Brasil e no Paraná. Muito
335 obrigado, sou a favor de que aprove a moção e depois o resto vê como faz.

336 O Sr. **Victor Hugo Ribeiro Burko** (IAP):- Parece que a moção não trata de
337 descumprimento da legislação. Ela propõe a este Conselho que preste mais atenção, vamos
338 dizer assim, nessa questão e essa discussão seja acompanhada mais de perto por este
339 Conselho, exatamente para que se perceba onde estão as dificuldades operacionais, onde estão
340 as dificuldades legais e que ações poderemos desenvolver conjuntamente, como Estado, para
341 que possamos quem sabe utilizar esta boa-vontade do município, como um elemento de
342 quebra de paradigma como a criação de uma nova visão sobre a questão ambiental.

343 Parece-me que a aprovação, pelo menos no que se refere ao IAP, a aprovação
344 dessa moção não prejudica em nada, não interfere na interpretação legal. Ao contrário, se o
345 Conselho aprovar esta moção estará demonstrando ao IAP o seu maior interesse no
346 acompanhamento desse processo para que, numa situação futura, possamos estar aqui
347 novamente no Conselho discutindo um eventual TAC, uma eventual alteração de legislação a
348 quem de direito: à Câmara Federal, à Assembléia Legislativa do Paraná com os impedimentos
349 que a legislação ou que as questões práticas podem nos colocar. Do ponto de vista do IAP a
350 aprovação dessa moção só é um posicionamento do Conselho no sentido de acompanharmos
351 mais de perto essa questão. Então a nós nos parece favorável a aprovação já que, juntos,
352 estaremos conhecendo uma nova forma de se tratar o meio ambiente ligado à questão
353 econômica e social. Obrigado.

354 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Claro que o projeto é uma
355 iniciativa ótima, não temos dúvida disso. Nos preocupa muito que a gente consiga abrir
356 precedente para a flexibilização da Lei a já não é cumprida, ainda mais flexibilizando menos
357 ainda será cumprida. Essa é uma preocupação. O que queríamos propor, estamos tentando

358 chegar num consenso, né, resolve: "Manifestar apoio na implementação do projeto...
359 recomendando aos governos Federal e Estadual esforços para sua realização". Não perdendo a
360 perspectiva da aplicação da legislação vigente e condicionado à apresentação do termo de
361 compromisso e ajuste de conduta. Complementaria assim.

362 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Conselheiro Gava.

363 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Abro mão do meu espaço.

364 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Conselheira Ana Cláudia Graff.

365 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graff** (PGE):- Boa-tarde a todos. Não participei da outra
366 reunião, então estou tomando conhecimento desse assunto agora, mas li a proposta de moção
367 e concordo, acho que todas as manifestações estão concluindo para a necessidade de
368 observância das normas ambientais, especialmente quanto à recuperação das áreas de
369 preservação permanente e minutei uma proposta, na linha elaborada pela Laura: "O Conselho
370 resolve manifestar apoio na implementação do projeto..., recomendando aos Governos
371 Federal e Estadual esforços para a sua realização, além da celebração e o cumprimento de
372 TAC's relativos à recuperação das APP's existentes no município". Até agora não entendi por
373 que flexibilizar, o que me pareceu foi um esforço para a recuperação das matas ciliares. Pelo
374 que entendi esses balneários, essas áreas, são sujeitas à recuperação.

375 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Pelo que entendi na reunião
376 passada, é que deixaríamos de exigir os 200 metros da mata ciliar para exigir 50.

377 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Passo ao Prefeito de Capanema para
378 esclarecer esse assunto.

379 O Sr. **Milton Kafer** (Prefeito de Capanema):- Só para contribuir. Na verdade lá temos
380 propriedades que dão 80 metros. Não temos como forçar agricultor fazer mata ciliar de 200
381 metros. O governo brasileiro deu um título de propriedade na barranca do rio com 80 metros.
382 Então estamos propondo, num primeiro momento, a avaliação de cada propriedade, quem
383 puder fazer cinquenta faz cinquenta, quem puder fazer cem faz cem. E inclusive queria pedir
384 ao Presidente do IAP que coloque à disposição alguém da região que possa acompanhar para
385 fazer essas visitas, porque queremos realmente fazer a recuperação, queremos melhorar
386 naquilo que é possível, mas também precisamos dar viabilidade sócio-econômico para esses
387 agricultores, caso contrário alguém teria que indenizá-lo para que ela saia dali e a natureza
388 recomponha. Essa é uma grande preocupação, nossa realidade é essa, temos propriedade com
389 80 metros com título registrado em cartório, então como vamos exigir que se faça 200? Essa é
390 a dificuldade que temos em nosso município.

391 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Prefeito, só mais uma sugestão, a
392 propriedade que não fizer nada fica excluída do roteiro, é uma questão de selos. Tem que ter
393 algumas condicionantes que valorize quem faz.

394 O Sr. **Milton Kafer** (Prefeito de Capanema):- É isso que estamos buscando e
395 automaticamente, os que não estão com essa boa vontade, a parte da fiscalização, da
396 legislação, continua normal. Acredito que o Conselho seja o órgão que possa dar este apoio
397 para que inclusive auxiliemos os agricultores para ele perceber a necessidade da recuperação,
398 e se um fizer o outro vai perceber que aquilo é vantagem, é bom, e ele também vai fazer, e
399 que isso seja incentivado através de palestra.

400 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Para podermos fazer o encaminhamento
401 passo a palavra à Ana Cláudia para fazer a finalização, antes, porém, esclarecer à Laura que
402 são 35 agricultores que aderiram ao programa e quando você adere você se compromete. E
403 dentro do projeto ficou claro que a prefeitura vai buscar adesão de outros proprietários. Essa é
404 uma condicionante básica do projeto apresentado aqui. Sem essa recuperação o produtor não
405 entra, não assina e não está dentro do programa. É uma condicionante que o próprio prefeito
406 colocou. Ana Cláudia, e aí partimos para a finalização, para a votação, para aprovação ou
407 sugestão de inclusão de algum item.

408 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graff** (PGE):- Minha manifestação é que esse apoio, essa
409 proposta de moção de apoio ao projeto não implica na ratificação dos termos da TAC que
410 vierem a ser firmados. Ou seja, o Conselho não precisa se preocupar em estar legitimando um
411 TAC que eventualmente, esse é um problema que quem vai enfrentar vai ser o IAP, o
412 Ministério Público, os municípios e os proprietários atingidos. Não estamos dando uma carta
413 branca para nenhum deles, nem para o Ministério Público, nem ao IAP, nem aos proprietários
414 quanto ao conteúdo do TAC. Estamos manifestando um apoio, uma implementação do projeto
415 e pedindo a celebração de um TAC. Agora o conteúdo deste TAC é um segundo momento.
416 Não estamos ratificando, até porque não temos conhecimento, porque ele não foi elaborado
417 ainda.

418 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Poderia até apresentar aqui.

419 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graff** (PGE):- Não sei se é o caso de apresentar aqui,
420 porque não é atribuição do Conselho. Seria interessante o teor vir a título de ciência do
421 Conselho, mas não estamos deliberando sobre o conteúdo de TAC. Isso é importante ficar
422 claro para os Conselheiros. Estamos pedindo para que ele seja realizado e objetivo maior do
423 TAC é a recuperação das áreas de preservação permanente. Meu apoio está condicionado a
424 isso.

425 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Desviando um pouquinho da essência da nossa
426 discussão, esse projeto é tão magnífico que queria propor que os nossos representantes
427 levassem este caso ao conhecimento do CONAMA para que irradie para o Brasil inteiro. Por
428 mais que falte algum esclarecimento, mas a essência do projeto é magnífica e fica esta
429 proposta.

430 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Laura, para finalizarmos, seja breve, porque
431 nossa pauta é extensa e acredito que esta questão já foi bem esclarecida. E a questão se é
432 atribuição do Conselho ou não, vamos discutir dentro de uma Comissão, que ficou para o ano
433 que vem, justamente essa preocupação de deliberarmos encima desses termos de conduta essa
434 nova proposição de atribuições, de competências do Conselho, está muito claro que o
435 Conselho tem que ter essas atribuições. Hoje, infelizmente, no Decreto de 2001, não nos dá
436 essa prerrogativa de realizarmos isso aqui. Acho que poderíamos estar recomendando que o
437 TAC seja pelo menos enviado ao Conselho para que tomemos ciência e possamos até
438 recomendar alguma outra ação não prevista ou readequação de uma ação proposta no TAC.
439 Então acho que a aprovação dessa moção, com a condicionante e acrescido mais esse item
440 discutido agora, poderíamos sim encaminhar.

441 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Castela, na Ata que eles mesmos
442 trouxeram, na última linha diz assim: “Para terminar, O Sr. Rasca, Secretário de Meio
443 Ambiente, levará a proposta ao Conselho Estadual de Meio Ambiente e ainda determinou que
444 um técnico do IAP seja disponibilizado para acompanhar o processo e montar o Termo de
445 Compromisso e Ajustamento de Conduta para também ser apresentado ao Conselho”. Então,
446 o Secretário, Presidente do Conselho, comprometeu-se em trazer o TAC ao Conselho para ser
447 apreciado pelo Conselho.

448 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Conselheira Vânia.

449 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Só uma questão de ordem. Tem
450 duas propostas na Mesa, tem que se optar por uma delas e por em votação.

451 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Exato, são contraditórias. Só gostaria de
452 receber por escrito e pedir para que possamos conciliar as duas. Enquanto que ele faz os
453 esclarecimentos a gente concilia as duas. E depois da intervenção dele a gente coloque em
454 votação a moção de apoio.

455 O Sr. **Guilherme** (Presidente Associação de Turismo do Doce Iguassu):- Boa tarde a
456 todos. Sou proprietário e Presidente da Associação de Turismo Doce Iguçu. Só para efeito de
457 esclarecimento: os novos proprietários que querem fazer parte do roteiro de turismo, não são
458 aceitos na Associação sem antes um acompanhamento do Departamento de Meio Ambiente

459 da Prefeitura, do IBAMA – Parque Nacional do Iguaçu e é isso que foi solicitado para o Sr.
460 Rasca, através do IAP, para que designasse um funcionário do IAP para que acompanhasse
461 esse levantamento da propriedade e fosse feito um esboço e a solicitação que estamos
462 querendo, essa moção de apoio de vocês, é para que aconteça um reforço para que saia esse
463 ajuste de conduta. Boa-vontade a gente tem! Agora, não posso chegar num funcionário do
464 IAP de Beltrão que ele não vai fazer sem o Ministério Público. Se tivermos o reforço de vocês
465 dizendo assim:- Acho interessante. Porque cada propriedade vai ser um termo de ajuste de
466 conduta. Não tem como você fazer um termo de ajuste de conduta para todos. São 208
467 propriedades. Com certeza o Ministério Público não vai cometer algum abuso e muito menos
468 o IAP também. Obrigado.

469 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Obrigado Guilherme. Chegamos num termo
470 comum em que a moção ficaria, para não ter duas, com o seguinte texto e para que não haja
471 conflito e vote um texto único.

472 O Sr. **Luiz Eduardo M. Halila** (SEDU):- Apenas para aproveitar o tempo. Um
473 esclarecimento do prefeito: por que sendo esse belíssimo projeto numa região do Parque
474 Iguaçu com cedilha, por que Iguassu é com dois esses?

475 A Sra. **Cláudia** (Diretora do Departamento de Turismo/Capanema):- Teve um debate
476 até para o nome de Foz do Iguaçu. O nome Iguaçu vem do tupi e é escrito com dois esses;
477 outro motivo é que os internautas europeus e como a gente tem a Guebana que é uma grande
478 parceira nossa, estamos fazendo parceria para trazer o turista da Europa, não existe cedilha.
479 Então optamos pelo iguassu com dois esses.

480 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Vamos fazer a leitura final da proposta de
481 moção que ficaria: "Resolve", depois de todas as considerações, resolve: "Manifestar apoio na
482 implementação do projeto da proposta de adequação ambiental das propriedades que
483 margeiam o Rio Iguaçu e recomendando aos governos Federal e Estadual esforços para a sua
484 realização, não se perdendo a perspectiva da aplicação da legislação vigente, inclusive pela
485 celebração de um cumprimento do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, relativos à
486 recuperação das APP's existentes no município".

487 Vamos votar por este texto que foi escrito com as duas propostas. Quem for a favor
488 permaneça como está; quem for contrário se manifeste: APROVADO por unanimidade.

489 Gostaria de agradecer ao prefeito de Capanema e a toda a sua equipe, em nome da
490 própria Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do Conselho do Meio Ambiente, em nome do
491 Secretário Rasca Rodrigues, nossos cumprimentos pela proposta, pelo projeto e pela equipe
492 que compareceu aqui.

493 O Sr. **Milton Kafer** (Pref. Capanema):- Quero agradecer e parabenizar ao Conselho
494 pela decisão que acredito que irá contribuir para que se tenha uma sociedade cada vez mais
495 justa. Vamos nos retirar, então, porque são 570 km. Muito obrigado, boa tarde e um bom
496 Natal para todos nós.

497 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Prefeito só queria deixar o convite
498 para que daqui um ano vocês voltem aqui e nos contem o resultando do projeto.

499 A Sra. **Cláudia**:- Deixo o convite, aqui, para que se pudessem fazer uma caravana e
500 conhecer a nossa realidade, estamos de braços abertos esperando vocês. Obrigada.

501 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- O próximo item de pauta é com o Sr. Vitor
502 Hugo Burko, do Diretor Presidente do IAP, passo a palavra a ele.

503 O Sr. **Victor Hugo Ribeiro Burko** (IAP):- A Serra da Esperança sob todos os pontos
504 de vista é uma área em qualquer análise que se faça, é uma das áreas prioritárias no Estado do
505 Paraná para conservação. Por uma série de razões: pela fragilidade do solo, pelo grande
506 conjunto de nascentes – lá estão as bacias iniciais do Rio Piquiri, do Rio Ivaí e também boa
507 parte das nascentes do Rio Iguaçu já que lá nasce o Rio Jordão. Existe uma APA com mais de
508 280 mil hectares, no entanto até hoje não foi implementada uma política ambiental mais
509 efetiva na região. Essa Serra tem sido, ao passar dos anos, objeto de constantes agressões

510 ambientais, especialmente por duas razões: no início para reflorestamento. Mais
511 modernamente as agressões que temos percebido na Serra da Esperança são, especialmente,
512 por invasões, são invasores de área não reconhecidos pelo MST, inclusive. São invasores sem
513 bandeira, vamos dizer assim, que têm atacado as matas lá para vender a madeira boa e fazer
514 carvão da lenha e que com uma dificuldade muito grande de fiscalização, porque essas
515 pessoas se locomovem. Não são assentados do MST que se localizam. Vão, atacam a mata e
516 mudam de lugar. Eu próprio tive a oportunidade durante este ano de, em duas oportunidades,
517 realizar batidas junto com a Força Verde e a dificuldade de pegar esse pessoal é muito grande.
518 Até porque a gente fez um sobrevôo e percebe o que está acontecendo lá embaixo, eles vêm
519 o avião e desaparecem no meio da mata.

520 Este ano, inclusive, eu próprio visualizei algumas agressões na Serra da Esperança
521 realizadas, como estas, que foram objeto da denúncia na reunião passada. Tanto a Força
522 Verde quanto o IAP têm tomado todas as medidas no sentido de poder controlar isto e não
523 temos conseguido eficácia em função da condição destas pessoas. Este ano mesmo, acho que
524 no mês de maio, foi desbaratada uma quadrilha que utilizava estes invasores e que fazia sair
525 de lá pinheiro e imbuías. Foram cortadas as veias de saídas dessa madeira. Entretanto não
526 conseguimos zerar totalmente a saída do carvão, porque o carvão sai. O carvão e a madeira de
527 lenha têm muito mais consumidores espalhados pelo Estado e pelo país. Então é muito mais
528 difícil o controle. Do pinheiro e da imbuia conseguimos evitar, diria que quase zeramos a
529 saída dessas madeiras da Serra da Esperança, porque é sabido para onde. São poucas
530 madeiras no Estado ou fora do Estado que ainda utilizam essa madeira. Então colocando
531 fiscalização nos pontos intermediários conseguimos segurar.

532 Esse é o lado ruim da história: nós ainda não conseguimos debelar completamente
533 com os ataques ambientais na Serra da Esperança. Mas existem pontos positivos que têm
534 colocados. O IAP vem trabalhando já há dois ou três meses experimentalmente com um
535 programa de controle florestal via satélite. Teremos imagens a cada dois meses, as imagens
536 são sobrepostas e o próprio sistema nos avisa das áreas onde houver mudança na textura
537 florestal.

538 Então hoje não há nenhuma possibilidade de na Serra da Esperança ou em qualquer
539 local do Estado do Paraná de alguém realizar um desmate e conseguir passar ileso. Não
540 adianta mais esconder árvore, embaixo da terra, não adianta mais queimar de desaparecer com
541 os restos florestais, porque se existia uma floresta em um determinado momento e essa
542 floresta desapareceu, como floresta não evapora, as pessoas tiraram a floresta e o IAP irá
543 responsabilizá-los. Esse processo está em fase experimental ainda, mas já no começo do ano
544 iremos fazer a capacitação dos nossos técnicos para que o Estado do Paraná inteiro seja
545 monitorado via satélite. E naturalmente isso vai começar pela Serra da Esperança, como foco
546 principal, vale lembrar que esse programa permitirá, na seqüência, também a fiscalização de
547 áreas minerárias, da qualidade das águas via sensor, que já estamos discutindo no IAP,
548 implantação de sensores em alguns pontos dos nossos corpos hídricos para que possamos ter,
549 via satélite, o monitoramento. E também em relação à questão florestal, o IAP já está em fase
550 de aquisição de dois equipamentos de ultra-som que vão possibilitar a identificação do carvão
551 e do cavaco de qual espécie pertence. Está muito próximo o fim, no Estado do Paraná, da
552 ilegalidade das explorações florestais. Quando tivermos com esse programa definitivamente
553 implantado, com esses equipamentos adequados e creio que no máximo em julho do ano que
554 vem já estaremos prontos para isso, podemos afirmar com segurança que quem cortar
555 qualquer árvore no Estado do Paraná, ao arripio da legislação, será responsabilizados,
556 teremos mecanismos para isso.

557 Também sobre a Serra da Esperança, aproveitando que o Conselho é o órgão mais
558 democrático da questão ambiental, adiantando uma informação, existe dentro do IAP junto
559 com a SEMA um estudo bastante avançado no sentido de se propor na Serra da Esperança um
560 mosaico ambiental com o estímulo, com a formação de RPPN's, de reservas legais privadas,

561 reservas legais públicas, coletivas e individuais. E também já estamos negociando com
562 algumas entidades o recebimento pelo Estado do Paraná de alguns milhares de hectares na
563 Serra da Esperança para que tenhamos lá também uma área de parque, porque aquele espaço
564 tem uma importância que merece. Então a perspectiva para a Serra da Esperança, embora
565 tenhamos ainda algumas ações isoladas de crime ambientais sendo cometidos lá, a perspectiva
566 para a Serra da Esperança para os próximos anos é muito positiva e, com certeza absoluta,
567 dentro de muito pouco tempo poderemos aqui estar discutindo não as ações que agrediram o
568 meio ambiente na Serra da Esperança, mas as ações realizadas por um conjunto de entidades,
569 ONG's, IAP, SEMA, SUDERHSA no sentido da preservação da Serra da Esperança, e com a
570 preservação desta serra a preservação das bacias do Ivaí, do Piquiri e do Jordão e com a
571 preservação de toda a biodiversidade que implica este belíssimo espaço que fica no coração
572 do Estado do Paraná.

573 O Sr. **Paulo Roberto Castella (CEMA)**:- Obrigado, Vitor Hugo. Abro a palavra aos
574 Conselheiros, lembrando a brevidade e objetividade nas palavras. Conselheira Vânia.

575 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos (ING)**:- Moro em Prudentópolis e desde
576 1998 a gente trabalha na questão ambiental. Já tivemos um trabalho muito bom, uma parceria
577 muito boa com o IAP em 2001 e 2002 quando a gente conseguiu estabelecer entre o dia da
578 autuação criminal e o dia da audiência do processo de crime ambiental quinze dias. Por que se
579 não autuar fortemente, porque a multa você entra com recurso, vai para o IAP, demora um
580 ano, dois, três, quatro, cinco e o crime ambiental prescreveu. Se não fecharmos essas duas
581 vertentes não se consegue resolver nada. Nesses dois anos, três anos de estudo das primeiras
582 infrações ambientais tinha-se trinta infrações ambientais e três processos criminais.
583 Conseguimos chegar a ter digamos de noventa infrações oitenta estarem com processos
584 criminais, porque se não pegar criminalmente não se tem como coibir.

585 Gostaria que continuássemos com uma parceria, porque não é o que tenho conseguido,
586 tanto que temos mandado muitas denúncias, infelizmente somos tido na cidade como um
587 órgão de denúncia, mas fico feliz que as pessoas confiem em nosso trabalho, então elas ligam.
588 Estamos recebendo imagens de satélite em mapa com GPS no ponto onde tem a infração.
589 Queria saber se realmente foi conseguido localizar ou não, acho impossível de não localizar.
590 Esses mecanismos que você falou são excelentes, mas ainda estão longe da nossa realidade,
591 vai demorar um ano talvez para conseguirmos chegar lá. Até lá temos todos os dias em
592 Prudentópolis caminhões com imbuia, pinheiro, etc., etc., etc. Precisamos realmente de
593 providências. Estivemos em 2003, quando fazia parte do Conselho, na área do Curi. Você já
594 foi prefeito em Guarapuava, começou um belíssimo trabalho lá no Rio das Pedras e hoje
595 aquilo está indo para o espaço, exatamente porque tem quadrilhas que se utilizam do nome do
596 MST e que se você passar a noite lá você tem lá caminhões com palanque de imbuia e que
597 estão sendo tiradas. A questão da Serra da Esperança é muito séria e não só a serra mas toda
598 Prudentópolis. Então gostaria realmente que o IAP se preocupasse não apenas em trabalhar na
599 questão da fiscalização, mas de contar com a sociedade para ajudá-lo, e, sobretudo, voltar a
600 celebrar essas parcerias: Ministério Público, Poder Judiciário, entidades e não tratar as ONG's
601 como contrárias, que é como tenho sido tratada, sou um estorvo. Nossa intenção é contribuir,
602 contribuir para que possamos resolver, entendemos até os problemas dos produtores. Temos
603 produtores em Faxinal que têm um alqueire que fica do lado do rio e o que ele vai fazer?
604 Sabemos que tem os dois lados da moeda, mas é, sobretudo, importante fazer com que
605 seguremos um pouco de mata que temos. A gente não tem mais nada, temos o mínimo e esse
606 mínimo está indo embora e de uma maneira muito irresponsável e muitas vezes sabendo que
607 há intervenção política para liberação de madeira, de pinheiro e coisas assim. Esta semana
608 recebi a notícia, ainda me faltam informações, ma já recebi a notícia que fulano vai cortar
609 pinheiro. E como? Com liberação! Isso nos preocupa e gostaríamos que isso não acontecesse.

610 O Sr. **Victor Hugo Ribeiro Burko (IAP)**:- Se acontecer este tipo de irregularidade
611 gostaria de ser informado inclusive pessoalmente. Na verdade essa questão de segurança da

612 parte ambiental é como questão de segurança em outras áreas, a gente nunca consegue vencer,
613 podemos tentar controlar ao máximo e estamos tentando modernizar para diminuir a ação dos
614 bandidos, mas seria um sonho imaginar que vamos acabar com eles. Onde tem interesse
615 econômico as quadrilhas sempre vão continuar agindo. Uma notícia boa que tenho também, e
616 tenho que concordar com você, Vânia, que a demora nas decisões e nas próprias multas, o
617 IAP tem sido um elemento facilitador desse processo de destruição da natureza, é que estamos
618 em fase final também de análise pela PGE e pela própria Procuradoria Jurídica do IAP e
619 depois será submetida à SEMA, um novo manual de fiscalização com uma nova sistemática
620 de atribuição de multas onde se pretende baixar o prazo de definição da multa e autuação para
621 60 dias. Ou seja: uma vez autuado definitivamente já com a situação do ponto de vista do
622 IAP, resolvido, a partir daí em 60 dias já serão encaminhados os processos que, se for o caso,
623 serão encaminhados para a área criminal, possibilitando a criminalização dessas pessoas antes
624 que haja prescrição. Porque, lamentavelmente, hoje, é isso que acontece.

625 Acho que estamos no caminho certo, temos que continuar discutindo. Não vejo as
626 ONG's como um atrapalho, pelo contrário. Tenho realizado sempre um chamamento no
627 sentido de estarmos próximos, discutindo as coisas do ponto de vista técnico e objetivo dentro
628 de uma realidade – desarmados de opiniões, de antipatias ou de simpatias pessoais. Só
629 construiremos alguma coisa tendo em vista um objetivo comum, não os objetivos individuais
630 dessa ou daquela pessoa; desse ou daquele grupo. Na verdade o IAP é como qualquer outra
631 entidade. Precisa avançar bastante como qualquer outra entidade pública ou privada. Mas
632 temos realizado e tenho que ressaltar o esforços dos funcionários do IAP, tenho que ressaltar
633 o esforço da SEMA, a parceria que temos realizado, o espaço que tem se encontrado dentro da
634 SEMA para essas discussões. Tenho certeza, absoluta, que vamos caminhar muito e
635 rapidamente. Não acho que um prazo de seis meses seja muito – as agressões na Serra da
636 Esperança datam de algumas décadas, se conseguirmos dentro de um ano ou dentro de dois
637 anos, no máximo, e eu gostaria de ver esse problema resolvido em seis meses. Acho que
638 estará. Mas se demorasse uns dois anos para ter uma melhor solução ainda seria pequeno o
639 prazo, porque estaríamos caminhando para uma solução pior, se não estivéssemos
640 vislumbrando nenhuma oportunidade de que esta situação fosse resolvida. Aí teríamos um
641 grande motivo de preocupação.

642 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Na realidade um procedimento bem
643 simples que você pode fazer e que tem uma eficiência muito grande. Primeiro: no caso
644 quando a gente trabalhava com aquela parceria. O pessoal da Florestal ia até o Fórum da
645 Comarca, já pegavam a data para o dia em que houver a autuação. Eles vão autuar, não sabem
646 quem, mas já tem uma data para quando vai ser a audiência: 15 dias, 20 dias. O juiz marca e
647 aí vai lá, faz a autuação, volta e já deixa a intimação. Quer dizer, você mata dois coelhos
648 numa cajadada só e, ao mesmo tempo, você gera um transtorno. Porque se a pessoa tem um
649 processo criminal, na primeira vez ela tem uma legislação que permite que seja feita uma
650 transação penal. Na segunda vez ela paga multa; na terceira vez ela tem um processo criminal
651 e aí é um inquérito policial que tem que correr, ela já passa a ser não mais primário. Tudo isso
652 garante com que as pessoas tenham um resultado mais rápido e aí a sociedade começa a se
653 intimidar.

654 O Sr. **Victor Hugo Burko** (IAP):- Parece que você leu a nossa proposta. Isso é um
655 bom sinal de que estamos todos entrosados com um objetivo comum. Porque a proposta que
656 estamos discutindo do novo Manual de Fiscalização é exatamente nesse sentido, no sentido de
657 todos esses passos que você colocou aí.

658 A Sra. **Laura Jesus de M. e Costa** (CEDEA):- Vou falar, agora, como Presidente do
659 SindSeab, porque no nosso jornalzinho de outubro, distribuí na reunião passada, fizemos uma
660 reunião em Guarapuava no dia 28 de agosto com a nossa base do meio ambiente e agricultura:
661 Suderhsa, Fundepar. E havia uma denúncia da própria base e a intenção do INCRA de
662 destinar uma área para reforma agrária, para assentamento. Inclusive está escrito

663 aqui:denunciada a possibilidade de ser feito pelo INCRA um assentamento de trabalhadores
664 rurais em uma área de mata nativa na Serra da Esperança, cujo terreno resultou de um repasse
665 realizado pela Receita Federal que o adquiriu como forma de pagamento de impostos
666 atrasados. São sete mil alqueires de mata ciliar da Fazenda de Elias Cury; há também o
667 problema dos carvoeiros, de caçadores e a ausência de guarda parque na Estação Ecológica
668 Rio dos Touros.

669 O SINDSEAB desencadeia uma proposta em defesa da Serra da Esperança, pois ali se
670 encontram as nascentes dos rios Jordão e Ivaí. Apresentamos no Encontro Estadual do
671 SINDSEAB, no dia 19 de outubro, a proposta de desenvolver essa campanha em defesa da
672 Serra da Esperança. Na reunião passada comentei, aqui, na reunião do Conselho, e o
673 Secretário Rasca diz que dá todo apoio para desenvolver essa campanha.

674 O que não está esclarecido, ainda, e inclusive até perguntei na reunião do Conselho do
675 ITCG e não foi esclarecido, é o que significa esse assentamento do INCRA na Serra da
676 Esperança? Qual é esse assentamento? A Fazenda Cury, realmente, vai ser destinada para
677 assentamento ou não? Porque queremos lutar contra o assentamento ali, por quê? Porque um
678 assentamento, ali, vai afetar profundamente as nascentes dos rios Jordão, Ivaí e outros
679 também ali. Além da ausência de fiscalização, não tem guarda parque, não tem a fiscalização,
680 por quê? O que está faltando: recursos humanos? Tem que contratar? A Força Verde não dá
681 conta? São alguns esclarecimentos que precisam ser feitos e se o INCRA vai fazer isso,
682 pretende fazer isso – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos que nós integramos, também,
683 ou mesmo pelo Conama, a gente vai ver a forma de que isso não se realize. Nossa campanha é
684 em defesa da Serra da Esperança contra qualquer processo de destruição ali.

685 O Sr. **Victor Hugo Burko** (IAP):- Eu, enquanto prefeito, tive a oportunidade de ser,
686 talvez, a primeira autoridade de levantar contra essa possibilidade. O que acontece lá é que as
687 indústrias Cury, em situação financeira deplorável, viram na venda das suas terras – boa parte
688 delas com conflitos agrários, inclusive, sem documentação, viram a oportunidade de pagarem
689 alguns de seus débitos e fazerem algum recurso com isso. Então, passaram a oferecer ao
690 INCRA as suas áreas. A prefeitura de Guarapuava se levantou, tivemos o apoio de várias
691 ONG's, de várias entidades, mas, lamentavelmente, naquela época o INCRA criou a
692 expectativa de que fosse possível, ali, se montar um assentamento. E isto tudo é que tem
693 gerado esse problema e as pessoas foram para lá. Hoje a posição do INCRA é que não sai
694 mais o assentamento ali, mas as pessoas ficaram lá e estão fazendo isto: tiram a madeira de
695 um lugar, mudam para outro. Não têm residência fixa, moram em cabanas ou embaixo do
696 mato e por isso a dificuldade da gente ter um efetivo controle.

697 Mas, hoje, o INCRA está junto com o IAP. Já tivemos várias reuniões. O INCRA tem
698 cerca de 4500 hectares de terras arrecadadas pela União e estaria passando isso para o
699 INCRA, no sentido de se fazer assentamento, e o INCRA já demonstrou boa-vontade de
700 trabalhar junto conosco. A idéia que se tem, hoje, é que iremos avaliar primeiro que tem que
701 localizar esta área que o INCRA recebeu do Cury, porque até agora não está localizada. A
702 área foi adjudicada em leilão, mas não localizou esta área. Não se sabe dentro da área do Cury
703 onde estariam esses 4 mil e tantos hectares. A primeira coisa que tem que se fazer é isto, aí
704 vamos ter que contar com o ITCG. Num segundo momento vamos interpretar se dentro dessa
705 área é possível. O Cury tem áreas de bordaduras na Serra da Esperança, eventualmente, nestas
706 áreas, seriam possíveis alguns assentamentos com direcionamento já um pouco diferente dos
707 que têm sido feitos. Assentamentos, por exemplo, que explorem o manejo de bracinga, têm
708 uma agressão à natureza, mínima. Pode-se discutir nas bordaduras da Serra da Esperança
709 alguma coisa nesse sentido. Mas, enfim, não tem nada fechado e o INCRA tem demonstrado
710 boa-vontade no sentido de que a gente possa discutir isso, conjuntamente, para que a Serra da
711 Esperança seja preservada e nós, conjuntamente, encontremos uma solução para aquela
712 população que se encontra lá colocada.

713 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Por favor, Conselheiro Roberto Gava.

714 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Quero propor a este Conselho a aprovação de uma
715 moção que depois apresento a redação para aprovação nominal, uma moção deste Conselho
716 ao INCRA manifestando a contrariedade total desse Conselho contra assentamentos na Serra
717 da Esperança, porque estou de nariz vermelho, tipo palhaço. Fui parte daquela missão que foi
718 lá, voltamos, dissemos que éramos contra o assento e ele aconteceu. Portanto, com o nariz
719 vermelho, proponho a aprovação desta moção que depois, para não consumir tempo,
720 apresento para aprovação final.

721 E mais um detalhe, essa questão de carvoejamento da floresta nativa leva
722 obrigatoriamente a recordar um lema, dentre tantos que a FIEP tem utilizado, no Paraná
723 existem duas formas de se obter madeira: destruindo floresta ou plantando árvores, temos que
724 escolher o que nós queremos. Obrigado.

725 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Conselheira Laura. Vamos ser breve para
726 que possamos passar para o próximo item de pauta, considerando nosso tempo.

727 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Tudo bem, Castella. Só acho que
728 temos que ter tranqüilidade para esclarecer tudo, se não tiver tudo esclarecido não adianta
729 avançar. Queria saber, acho que ainda não está bem claro, o que existe de concreto para
730 amanhã, para o mês que vem, com o INCRA? Existe alguma coisa: “Amanhã vamos fazer
731 isso, daqui um ano isso, daqui seis meses isso?” Já tem alguma formulação concreta.

732 O Sr. **Victor Hugo Ribeiro Burko** (IAP):- O IAP já fez um estudo, tem um pré-
733 projeto de um plano piloto de um Parque na Serra da Esperança, o INCRA já se comprometeu
734 verbalmente conosco que dentro deste parque retirará todas as pessoas que se encontrem
735 dentro dessa área limite, que é a área mais importante do ponto de vista ambiental, não foi
736 definida por nós, é um conjunto de histórico, de estudos que têm sido feito com o passar dos
737 anos, mas não existe nenhum compromisso efetivo, escrito, do INCRA de não continuar esse
738 tipo de ações na Serra da Esperança. Por isso acho absolutamente própria a moção que o
739 Conselheiro Gava propôs, porque isso vem respaldar ainda mais o IAP no sentido de
740 podermos discutir com o INCRA em termos ambientais, e não só em termos sociais, e poder
741 chegar ao final a uma solução que atenda aos interesses do INCRA, quem sabe, mas que
742 principalmente atenda os interesses de toda a sociedade paranaense, já que a Serra da
743 Esperança é um dos pontos principais. O Piquiri também começa na ponta da Serra da
744 Esperança, são três bacias então. A reserva indígena das Marrecas está na ponta da Serra da
745 Esperança já com um maciço interessante e tem alguns outros maciços isolados, e dentro
746 deste projeto que está se iniciando, com certeza absoluta, dentro de muito pouco tempo,
747 Laura, teremos milhares de hectares na Serra da Esperança sem conflito social, com a
748 harmonia de toda a sociedade, com todo mundo puxando a carroça para o mesmo lado e
749 teremos áreas de verdadeira preservação na Serra da Esperança.

750 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Obrigado. Essa conversa da Serra da
751 Esperança poderemos retornar e dentro daquela denúncia encaminhada pela Vânia, é um
752 trabalho minucioso que o IAP tem que fazer, poderíamos estar retornando, Vitor, na próxima
753 reunião com alguma coisa.

754 O Sr. **Victor Hugo Ribeiro Burko** (IAP):- Ano que vem voltaremos para apresentar o
755 projeto.

756 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Ótimo. Então fica esclarecido que na
757 próxima reunião em fevereiro possamos ter uma idéia do projeto que o IAP pretende
758 encaminhar ao INCRA.

759 Passamos para o próximo item de pauta: Apresentação do Relatório da Comissão
760 Especial de Licenciamento Ambiental referente às Resoluções 61 e 62. A coordenadora dos
761 trabalhos pediu desculpa pela não apresentação, porque só houve duas reuniões da Comissão
762 e não foi avançado, conforme tinha sido previsto durante a elaboração desta pauta. Então,
763 gostaria de retirar de pauta esta apresentação pelo não avanço adequado da proposta das novas
764 normas de licenciamento.

765 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Quem é a coordenadora?

766 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Sônia Machado, do Instituto Ambiental do
767 Paraná, coordenadora e relatora também. Não avançou adequadamente as propostas, então
768 não adiantaria estar aqui apresentando um início de uma discussão, considerando tem muito
769 mais do que isso. Já foram duas reuniões e espero que já no início do próximo ano tenha mais
770 algumas reuniões agendadas.

771 O próximo item de pauta é a escolha dos três delegados para apresentar o Conselho
772 Estadual do Meio Ambiente na Conferência Estadual do Meio Ambiente. O Decreto nº. 1.526,
773 do dia 12 de outubro de 2007, que prevê a constituição dos representantes na Conferência
774 Estadual. São três vagas como membros natos, representando o Conselho na Conferência.
775 Conselheira Laura.

776 A Sra. **Laura de Jesus Moura e Costa** (CEDEA):- Participo da Comissão
777 Organizadora da Conferência e a Rosana também, quando discutimos a indicação de três
778 nomes era um representando o Poder Público, um representando o setor empresarial e um
779 representando a sociedade civil. Essa era nossa proposta inicial. E aí, já avançando nesta
780 indicação, eu e a Rosana já somos delegada, não sei se a Vânia é delegada.

781 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Não e não quero ser.

782 A Sra. **Laura de Jesus Moura e Costa** (CEDEA):- Então teríamos a indicação da
783 Renata ser uma das delegadas, mas deixamos para discussão.

784 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Temos o representante do IFAS, Ricardo
785 Johansen, que poderia estar falando pelo IFAS. Só para apresentar a vocês, ele estará
786 representando o IFAS na ausência da Laís, estará substituindo a Laís a partir de hoje, dentro
787 do Conselho. Conselheira Laura, a indicação ficou para a Renata do IEPR.

788 Então teríamos dois membros do Conselho, uma das ONG's com a apresentação da
789 Renata, dentro da sociedade civil organizada também um representante e teríamos que
790 apresentar dentro do setor governamental um representante dentro da Conferência. Com a
791 palavra o Roberto Gava.

792 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Tentando colaborar com esse mix de indicados, embora
793 ele esteja ausente, mas indico o Luiz Anselmo Tourinho como setor produtivo.

794 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Para podermos avançar, já passo a palavra à
795 Rosana da SOS Bicho, mas, acho que seria interessante dentro da governamental, termos a
796 Secretaria de Educação, considerando que a Conselheira Kátia nos trouxe até um Ofício sobre
797 a questão da Conferência Infante-Juvenil. Acho que seria interessante até que a Conselheira
798 se manifestasse e colocar a própria companheira de representar as governamentais no
799 processo.

800 A Sra. **Kátia** (SEED):- Já temos uma cadeira, fazemos parte também a Comissão de
801 Organização, então, já estamos representados com uma vaga de delegado.

802 A Sra. **Rosana Vicente Gnipper** (SOS Bicho):- Conforme regulamento da
803 Conferência Estadual, os delegados não terão direito a voto e de serem votados na escolha de
804 delegação do Estado do Paraná para a III Conferência Nacional. Na verdade, o delegado nato
805 tem direito à participação na Conferência. Ele poderia ser retirado para a delegação da
806 Conferência Nacional se tivesse saído delegado nas diversas regionais onde ele teria
807 participado. Só para não dar problema lá na hora.

808 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Agradeço o esclarecimento e como a
809 Secretaria da Educação já tem uma cadeira assegurada, estou esperando da manifestação do
810 setor governamental, a indicação aqui dentro da Conferência. Pela não manifestação vamos
811 discutir com o Presidente do Conselho, Rasca Rodrigues, se vocês me permitirem e nós,
812 dentro do conselho, consensuados com o Governo Estadual, vamos apresentar um nome e
813 passar a vocês quem fará representação do Conselho.

814 O Sr. **Ulisses** (SUDERHSA):- Precisa ver aqueles que já foram escolhidos pelo setor.
815 É necessário se reunirem e eliminar aqueles que já foram escolhidos, que já vão. Para ter
816 liberdade de escolha.

817 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- A Secretaria da Agricultura parece que já
818 tem acerto. Depois vamos repassar do setor governamental. Para que possamos deliberar aqui,
819 ficou: a Renata pelas ONG's e pela sociedade civil organizada o Tourinho da FAEP. E a
820 representação governamental, na maior brevidade possível, estaremos comunicando.

821 O próximo item de pauta vou convidar o Sr. Paulo Sidnei Ferraz, ele vai fazer uma
822 abordagem relativa à BR-101, trecho Paraná, não do ponto de vista ambiental, mas de um
823 outro ponto de vista, de uma reflexão do setor modal de transportes do Brasil. Como que a Br
824 101 se insere nisso, nesse aspecto modal brasileiro.

825 O Sr. **Paulo Sidnei Ferraz** (Sindicato dos Engenheiros do Paraná):- Boa tarde a todos
826 e aproveito para me apresentar: meu nome é Paulo Sidnei Carrero Ferraz – sou Engº Civil e
827 administrador de empresa, tenho um trabalho de mais de 20 anos dedicados à engenharia,
828 principalmente na área de transporte. Especializei-me em ferrovias, mas, estudo a matriz de
829 transporte desde que me formei. Colaboro com várias entidades de classe, sou Diretor do
830 Sindicato dos Engenheiros como já foi falado pelo Castella; já fui conselheiro do CREA, já
831 participei do Instituto de Engenharia e da Associação Brasileira de Engenheiros Civis e
832 também estou membro do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico que tem, aqui, a minha
833 colega Ana.

834 E o vim fazer aqui? Mostra a questão da BR-101 com uma visão da obra em si. Não
835 tenho carteirinha de ambientalista, mas, também, me preocupa essas questões. Tenho me
836 preocupado com o Conselho da APA de Guaraqueçaba, em apoio técnico, e estou conhecendo
837 um pouquinho dessa área.

838 O Sr. **Luiz Eduardo M. Halila** (SEDU):- Para ganharmos um pouquinho de tempo,
839 peço um aparte à sua palestra que ainda não iniciou, para dar andamento à moção que propus
840 anteriormente. Enquanto a máquina aquece a gente vai tocando esse assunto. Estamos sem o
841 Presidente, mas a Dra. Ana Graf assume a presidência da reunião momentaneamente.
842 Podemos discutir esse assunto?

843 A moção estaria nos seguintes termos: "Moção do Conselho Estadual do Meio
844 Ambiente – o Plenário do CEMA considerando sua posição antiga contrária a assentamentos
845 sociais dentro dos limites da APA da Serra da Esperança, aprova a presente moção que deverá
846 ser protocolada junto ao INCRA, informando definitivamente, a desaprovação deste Conselho
847 a novos assentamentos sociais nessa área de proteção ambiental criada pelo Decreto tal, de
848 tanto", 70ª Reunião Ordinária do CEMA realizada em 18 de dezembro de 2007.

849 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Acho que faltou incluir, aí, Luiz, o
850 que a gente exige do INCRA. Porque só desaprovar assentamento é pouco. O que a gente
851 exige do INCRA. Acho que tinha que exigir o respeito à delimitação total da APPA, o
852 respeito total a toda delimitação da área da APA. Alguma coisa neste sentido.

853 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- Vocês não estão se referindo a um
854 assentamento específico. Estão desaprovando todos?

855 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Os novos.

856 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- Os anteriores tem licença ambiental?

857 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Pelo que conheço alguns
858 assentamentos já estão devidamente documentados para as pessoas, já não são mais
859 acampamentos, são assentamentos com o título dado pelo INCRA para as pessoas. Não sei
860 dizer quais. Poderíamos solicitar ao INCRA que nos dissesse qual o número de assentamentos
861 e acampamentos existentes na Serra da Esperança, que não engloba só aquela região que citei,
862 ai envolve Guarapuava e Prudentópolis, mas toda a Serra, e o INCRA discriminando tudo isso
863 e novos assentamentos repudiamos que eles aconteçam.

864 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- Acho que fica mais preciso se
865 desaprovamos novos assentamentos, porque não temos clareza quanto à ilegalidade dos
866 anteriores. Em princípio não é proibido em APA, ou seja, se ele cumprir todas as exigências
867 legais. Então acho temerário fazermos uma afirmação tão categórica se não sabemos, caso a
868 caso, qual a situação desses já existentes. Não me oponho em desaprovar futuros
869 assentamentos, mas vejo que poderia ter uma redação um pouquinho mais genérica ou
870 solicitar esclarecimento para daí, quem sabe, fazer uma moção mais forte, talvez uma
871 resolução, alguma coisa mais forte.

872 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Pode ser, mas com dados. A título
873 de sugestão, poderíamos solicitar à Secretaria do Conselho que fizesse um ofício ao INCRA
874 solicitando informações de todos os acampamentos e assentamentos existentes dentro da APA
875 da Serra da Esperança e a situação legal de cada um. Já demos em 2003 um parecer contrário
876 àquele caso específico da APA da Serra da Esperança na Bacia do Rio das Pedras, que é esse
877 do Elias J. Cury que a Laura citou aqui. Em 2003 foi feita uma Comissão, foi feita uma visita,
878 e um parecer técnico, foi chamado o INCRA e já foi desaprovado.

879 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- E ele foi instalado?

880 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Não, mas pessoas estão lá. Então,
881 uma moção para novos assentamentos, mas, de qualquer modo, chamaria o INCRA para saber
882 quantos assentamentos têm, em que condições legais estão, quantas pessoas são e aí as
883 pretensões futuras, porque eles têm pretensões ali.

884 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- São duas alternativas, uma é a moção e a outra, acho
885 bem plausível a proposta da Vânia, em pedir informações ao INCRA, mas que já receba a
886 contrariedade do CEMA a novos assentamentos.

887 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- E o Conselheiro da IFAS lembrou
888 que a moção seria desde a primeira manifestação do Conselho, em 2003. “Reiteramos a
889 manifestação já feita em 2003 e nos colocamos contrários desde 2003!” temos que colocar
890 que reiteramos.

891 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Tem um detalhe, não lembro se o Conselho,
892 principalmente a Secretaria do Conselho, deu conhecimento ao INCRA da nossa
893 contrariedade na época. Teria que rever os Anais.

894 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- Proponho que vocês minutem rapidamente
895 uma proposta enquanto o Conselheiro Ulisses faz uso da palavra.

896 O Sr. **Ulisses José Lucas** (SUDERHSA):- Acho importante deixar clara a limitação
897 desses já existentes, que eles forneçam as áreas que são deles para que não possam alcançar
898 mais áreas. Futuramente, numa proibição de novos, esses velhos podem querer alcançar mais
899 áreas, então tem que existir uma limitação de área desses antigos, pedir a área de cada um.

900 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Poderia acrescentar a contrariedade contra novos e
901 expansão dos atuais já existentes.

902 O Sr. **Ulisses José Lucas** (SUDERHSA):- Exatamente, porque pode haver uma
903 expansão.

904 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Enquanto damos uma nova redação, acredito podermos
905 fechar o aparte que o Dr. Paulo muito bem nos concedeu.

906 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Conselheiro Ricardo Johansen.

907 O Sr. **Ricardo Johansen** (IFAS):- Gostaria de sugerir à Plenária a aprovação da
908 moção e na seqüência fazer uma consulta ao INCRA, àquilo que ele se referiu, reiterando a
909 manifestação de 2003. Com a consulta e reiterando que, a partir de 2003, não faça mais nada
910 posterior, porque o Conselho, aprovando essa moção, já define como vamos fazer essa moção
911 para que chegue ao conhecimento do INCRA e já surta os resultados esperados. Então vamos
912 ter que fazer algumas consultas para que ela faça parte integrante da moção para ser
913 encaminhada ao INCRA.

914 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Conselheira Laura.

915 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- É bem rapidinho. Só queria
916 reafirmar duas questões: uma questão é a moção - acredito que todos são de acordo,
917 manifestando nossa posição contrária a qualquer ampliação de assentamentos existentes ali, a
918 outra questão é encaminhar um ofício ao INCRA, pela Secretaria do Conselho, pedindo que
919 venha aqui na próxima reunião, trazendo mapeadas as áreas que já estão ocupadas e as
920 pretensões ali para definirmos ou exigirmos restrições na ocupação ali. São duas questões.

921 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Obrigado. Espero, então, ao final da
922 reunião, o texto da moção para que definamos isso e possamos encaminhar, a partir de
923 amanhã, ao INCRA. A Conselheira Vânia tem a maior boa vontade em fazer o texto do ofício
924 e já agradecemos-la. Com a palavra Paulo Sidney.

925 O Sr. **Paulo Sidney Carneiro Ferraz** (SENGE):- Esse é o traçado que foi apresentado
926 pelo DNIT do trecho rodoviário da BR-101 no Paraná. Esse é o traçado que foi lançado como
927 obra prioritária do DNIT no nosso Estado. Participei de uma reunião em que o Secretário
928 Nacional de Política de Transporte do Ministério esteve aqui no Estado e lá o DNIT foi claro:
929 nossa obra prioritária seria essa rodovia. E a questão que coloco é a seguinte: essa rodovia é
930 uma solução ou trará problemas para o Estado? Olha, numa grossa visão a gente pode
931 perceber o argumento inicial foi que essa rodovia iria fazer uma ligação entre os portos. Uma
932 rodovia para ligar os portos. Então podemos ver aqui, o colorido não ficou muito bom, o
933 traçado da BR-101 é essa linha mais escura, essa linha mais escura é o traçado projetado, mais
934 o trecho atual da Br 116. Então, qualquer percurso de caminhão faria aquela linha. Aí
935 pergunto: para ligar portos? Acho que nós devemos procurar, primeiramente, a linha reta. E a
936 linha reta é por mar! Estaríamos economizando muita distância, isso numa grossa visão.
937 Agora vamos analisar o problema tecnicamente.

938 Uma análise racional: essa solução é lógica? Nós vimos ali que, a princípio, não!
939 Existe estudo de demanda? Quem disse que tem carga do Porto de Paranaguá para o Porto de
940 Santos; do Porto de Paranaguá para o Porto de São Francisco. Até agora ninguém apresentou
941 um estudo de demanda e qualquer obra tem que partir de um estudo de demanda. Essa obra de
942 infra-estrutura é prioritária para o Estado? O Estado tem demandas de mais de 50 anos para
943 infra-estrutura que não têm sido atendidas. Vamos construir essa obra, cuja prioridade só o
944 DNIT apresenta. Estamos falando de obra, a princípio divulgada por 800 milhões, mas que
945 sabemos nós sabemos com os 25% em cima, pode chegar a um bilhão. E que resultados são
946 esses que valeria à pena essa obra de um bilhão? Aí que quinta pergunta: a quem interessa
947 essa obra?

948 Coloquei as perguntas para refletirmos com os dados que vou apresentar. Vamos partir
949 da questão da matriz de transporte brasileira. Segundo a ANTT, 61% da carga é movimentada
950 por caminhões, em nossas rodovias. Mas esse número não é confiável. É um número da
951 ANTT e como outras agências, não podemos confiar nesses números. Vamos mais à frente.
952 Recentemente numa palestra do Instituto de Engenharia, o Engenheiro Paulo Viacava que foi
953 presidente da Valec, é um especialista, mostrou que, na realidade, temos 70% das cargas
954 movimentadas por caminhões. Por quê? Porque temos, aí, cargas cativas de ferrovia porque é
955 o único meio de transporte para o minério. Então é carga cativa. Isso aí interfere na matriz de
956 transporte. Se considerarmos tudo que está rodando de carga neste país, 70% estão em
957 rodovias; 12% em ferrovias. O que precisamos evoluir nos próximos dez anos? Para o país
958 continuar a crescer precisamos mudar essa matriz. O mínimo que se pode esperar é que a
959 gente reduza 29% da carga nas rodovias; acrescente 12% na ferrovia – isso dobraria o
960 volume; e na cabotagem e na questão marítima e geral e na questão da aquovia precisaríamos
961 triplicar acrescentando mais 11%. E aí teríamos uma matriz equilibrada para atender a
962 demanda do desenvolvimento do país.

963 Agora, o que tem a ver a matriz do transporte com o Conselho? A matriz do transporte
964 está ligada diretamente à matriz energética. O que definirmos da política de transporte vamos
965 interferir e aí estamos falando na redução da queima de combustíveis fósseis. Isso depois liga

966 aqui: à questão de transporte. Então vamos ver, aqui, o que importa esse consumo de diesel
967 pelo volume de transporte realizado. Na verdade, 76% do consumo de óleo diesel é gerado
968 pela área de transporte. Vocês vêem o peso que tem a queima de óleo diesel! E desses 76%
969 temos, aí, chegamos a 92% em cima das rodovias. Será que essa política de abrir estradas é
970 uma política correta?

971 Vamos analisar o benefício que tem cada modal de transportes em relação ao que se
972 consome de energia para fazer o mesmo trabalho. Para se transportar uma tonelada a um
973 quilômetro, a relação é essa, vejam: o transporte rodoviário consome 14 vezes mais energia
974 para transportar a mesma carga que a ferrovia. Em relação da rodovia com cabotagem e
975 hidroviário, isso é reduzido para 5 vezes. Então, rodovia seria um péssimo negócio quando a
976 gente fala em queima de energia para movimentar cargas.

977 Esse é um quadro comparativo que ilustra as diferenças entre a rodovia, a ferrovia e a
978 aquavia num modelo de operador, na questão da energia consumida por litro e por distância; e
979 a questão do que se gasta com as dificuldades na questão de manutenção. Por exemplo: na
980 aquavia a manutenção é pequena, é muito baixa. Já na ferrovia por ter o leito de aço, os trilhos
981 têm uma durabilidade maior e na questão da rodovia temos uma manutenção constante por
982 causa do tipo de pavimentação. Temos aqui os outros dados, quem quiser copiar, a questão do
983 tamanho do operador, o caminhão levaria 25 toneladas, enquanto um trem levaria 2800 e o
984 transporte marítimo 5 mil. E a questão do custo de implantação, o custo de uma ferrovia você
985 tem que investir 30% mais do que na implantação de uma rodovia. É um custo maior, mas o
986 retorno para o país e para a matriz de transporte indubitavelmente é considerável.

987 Esses são os veículos que estão rodando nas nossas estradas. A gente pensa naquele
988 caminhãozinho de 25 toneladas, hoje os caminhões têm nove eixos superando 60 toneladas e
989 brevemente estarão chegando a 70 toneladas. Esse é um outro problema. Recentemente
990 participei de uma vistoria do CREA e estamos vendo a destruição de todas as nossas rodovias,
991 porque a tonelagem desses veículos supera os cálculos das obras-de-arte das pontes e da
992 própria pavimentação. Então está havendo uma destruição, vamos chegar a um ponto em que
993 vamos ter que reconstruir as rodovias no país ou revertemos esse crescimento do tamanho do
994 nosso caminhão. O que acontece? Se formos nessa política de mais estrada e mais caminhões,
995 estamos caminhando para gastar mais recursos com manutenção de rodovias, para mais
996 acidentes, estamos contribuindo para mais despesas médicas com as vítimas, mais perda na
997 produção por causa dos acidentes, mais poluição ambiental e sonora e mais despesa com
998 produção de diesel.

999 Qual o quadro aqui no Paraná? Fiz o levantamento, quando pesquisei a questão da fila
1000 de Paranaguá, a fila para o Porto de Paranaguá não é problema que se resolva ampliando os
1001 pátios de estacionamento em Paranaguá, senão, daqui a dez anos, Paranaguá será um imenso
1002 pátio de caminhões. Onde está o problema? De 1983 a 1994, antes da privatização, a
1003 movimentação do porto de dava 51% por rodovia e 35% por ferrovia. Nos últimos cinco anos
1004 que pesquisei, essa média passou para 67% por rodovia e caiu para 30% a ferrovia. A
1005 diferença do crescimento da rodovia se deu também porque carga que era transportada por
1006 duto migrou para caminhão. Então temos o absurdo de cada ano termos mais caminhões na
1007 estrada. E aí, se a cada ano abrirmos um pátio para mil caminhões, vamos verificar que a fila
1008 vai continuar crescendo.

1009 Esse é um estudo contratado pelo CODESUL, feito com base em 1999 e foi
1010 apresentado pela Secretaria do Transporte do Estado. Esse estudo dizia que das principais
1011 cargas do Estado, 76% rodavam nas estradas e 18% apenas nas ferrovias. Qual era a
1012 expectativa para o Paraná crescer? E isso seria tomado para as políticas de investimento de
1013 Governo. A matriz indicava que a rodovia teria que cair de 76% para 40% a 46%, e a ferrovia
1014 deveria crescer de 18 para 48%. Vocês acham que isso está acontecendo? Eu mostrei no
1015 quadro anterior que não, estamos indo contra os estudos e a própria lógica. Aí fiquei
1016 pensando, se tivermos incentivando o transporte rodoviário vamos continuar com o problema.

1017 Constatamos na vistoria do CREA uma série de deficiência que está relatada. Temos
1018 problemas em nossa rodovia de sinalização, de sobrecarga, deficiência na manutenção, na
1019 fiscalização e temos as más condições dos motoristas. Recentemente foi publicado um estudo
1020 que 30% dos motoristas em acidentes estão boletados. Esse conjunto de coisas leva a criação
1021 de corredores da morte. Já temos bastante corredores da morte, quem tem casa nas praias do
1022 Paraná deve estar muito satisfeito com a BR-101, porque a rodovia Alexandra/Matinhos será
1023 mais um corredores, porque receberá todas aqueles caminhões de nove eixos. Uma rodovia
1024 que não foi projetada para esse tráfego de caminhões acabará sendo adaptada. Vamos ter um
1025 convívio, quem usa sabe que já é complicado, agora com caminhões de nove eixos imaginem
1026 o que vão acontecer.

1027 Para encerrar, pensei o seguinte: vocês da área ambiental estão acostumados a viver
1028 com a questão dos tombamentos, então almejamos proteger a mata, através de tombamento de
1029 área de preservação, eu também faço parte de um grupo que tenta tombam patrimônio histórico
1030 - a Ana Cláudia sabe disso, a gente luta para fazermos tombamentos. Agora, essa obra vai
1031 trazer tombamentos, relacionei ali que tombamentos serão esses. Vamos tombar árvores,
1032 vamos tombar pessoas e animais. E fiquei pensando nessas três palavras, o que formaria essa
1033 palavra, e quero fazer uma provocação com vocês, estamos diante de uma “APA”. Então
1034 minha provocação é dizer que essa obra é o motivo de uma luta em defesa em conjunta, seja
1035 da questão ambiental seja da questão técnica. E mais do que uma simples questão econômica,
1036 construir ou não essa rodovia, acho que temos que discutir uma questão que é a questão do
1037 futuro que queremos. E essa questão do futuro está ligada à matriz energética que fomos
1038 trabalhar. A matriz energética depende da matriz de transporte. Esse é o alerta que faço em
1039 relação a uma visão técnica sobre a rodovia BR-101. Estou a disposição.

1040 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Gostaríamos de agradecer ao Dr. Paulo
1041 Sidney e abrimos a palavra ao Srs. Conselheiros.

1042 O Sr. **Ricardo Johansen** (IFAS):- Queria parabenizá-lo pelo estudo, a apresentação
1043 foi excelente, mas, a meu ver, ficou faltando uma pergunta daquelas cinco perguntas que o
1044 senhor deixou no ar: A quem interessa?

1045 O Sr. **Paulo Sidnei Ferraz** (SENGE):- Olha, lamentavelmente, a gente vê que as
1046 políticas de desenvolvimento são pressionadas por alguns segmentos. E, lamentavelmente,
1047 vemos que nem sempre as obras priorizadas são as obras de interesse público. Recentemente
1048 tivemos embates com relação a um projeto de ferrovia – a variante Guarapuava/Ipiranga, que
1049 afetava diretamente a área das cachoeiras de Prudentópolis. E lutamos e hoje de manhã soube
1050 que o Governo Federal resolveu mudar a posição e deixar de defender aquela obra e que já
1051 teria adotado a proposta de um corredor independente para a Ferroeste, passando por uma área
1052 bem distante das cachoeiras. Foi uma vitória. Por isso que acredito nessa mobilização. A
1053 questão a própria rodovia projetada para atender a Ponta do Félix, em que havia um embate
1054 ambientalista contra o interesse do Porto em ter aquele acesso, quando numa discussão foi
1055 colocado: Mas, espera aí, existe um acesso ferroviário, por que não usar o acesso ferroviário
1056 que a ALL não está usando? E graças a uma intervenção do Ministério Público de Paranaguá
1057 houve uma decisão judicial obrigando a ALL retomar o tráfego de trens para Antonina. O que
1058 tem postergado a necessidade dessa obra. E ainda a capacidade da ferrovia, ali, não foi
1059 esgotada. Porque como é uma decisão judicial só se cumpre o mínimo necessário. Mas a
1060 capacidade ainda é grande e vai poder ser ampliado esse acesso cargas por ferrovia naquela
1061 região e não traria nenhum dano ambiental porque a ferrovia já está implantada ali, não tem
1062 problema.

1063 Mas, aí, voltando à questão das obras, acho que não podemos ceder ao lobby das
1064 grandes construtoras que estão loucas por obras. Essa é uma obra que foi tirada da cartola e,
1065 aparentemente, o interesse é das construtoras.

1066 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Em 2001/2002, se não me engano,
1067 teve toda uma discussão, audiência pública sobre os traçados do trajeto do Porto de Antonina

1068 a Paranaguá. Existiam 4 rotas apresentadas e toda uma discussão. Recentemente até participei
1069 de algumas reuniões no CREA que discutia a questão da utilização do Porto, da ação do Porto
1070 de Paranaguá como de Antonina. Então existe, aí, uma perspectiva de ampliação de mercado,
1071 de movimentação dos portos numa competitividade com Santa Catarina. E própria pretensão
1072 do Matarazzo de abrir o terminal deles. Isso tentando entrar numa discussão do Mercosul, do
1073 mercado internacional de ampliação da exportação. Acho que precisa aprofundar essa
1074 discussão dentro de um enfoque do desenvolvimento regional do Litoral. Nós sempre nos
1075 posicionamos contra a abertura da BR-101 isso de anos, já vem da década de 80 que a gente
1076 vem contra a abertura desta estrada e ainda hoje nos posicionamos contrários. Mas, acho que
1077 essa retomada pelo DNIT está dentro de uma discussão de ampliação de mercado, de
1078 Mercosul e de otimização dos portos. Pergunto: nós precisamos realmente ampliar o Porto de
1079 Paranaguá? Precisamos ampliar o Porto de Antonina? Para quê? Para atender ao mercado
1080 internacional para enriquecer quem? Acho que é por aí a discussão e isso coloquei no CREA
1081 na reunião que teve. Porque sempre se cria uma perspectiva de modelo de desenvolvimento
1082 visando interesses internacionais e não interesses nacionais. Foi discutido se a Ponta do Félix
1083 fica só para importação de congelados ou se amplia a exportação para outros ou se cria um
1084 terminal turístico. Porque otimizando para o terminal turístico, ecoturístico o impacto é
1085 menor.

1086 Acho que tem toda uma discussão que vai mais fundo na ferida. A proposta que a
1087 Rafael trouxe na reunião passada era tirar uma moção contra a BR-101, não lembro mais se
1088 era isso? Um posicionamento sobre a BR né! Acho que tem que aprofundar essa discussão.
1089 Nós não podemos aceitar um modelo de desenvolvimento que destrua o restinho que a gente
1090 tem da nossa Serra do Mar, da nossa biodiversidade ou dos mangues. Inclusive tinha uma
1091 idéia que foi levantada e até teve gente dizendo que era viável: de fazer um elevado de
1092 concreto e fazer tipo de uma rodovia aérea, passando por cima do mangue para causar um
1093 impacto menor. Têm uns colegas de Antonina que têm bastante aprofundado essa discussão,
1094 acho que poderíamos convidá-lo para aprofundar e reafirmamos o nosso posicionamento
1095 contra uma obra que destrua. Não podemos aceitar isso. Como também a própria ampliação
1096 da Av. Paraná em Guaratuba, a questão o COLIT tem discutido algumas coisas, aquele Centro
1097 Cívico em Pontal do Paraná que somos contra também. As ameaças de agressões cada vez
1098 maiores são permanentes. Acho que precisa haver um coletivo que garanta sustentabilidade.

1099 O Sr. **Paulo Sidnei Ferraz** (SENGE):- Só queria fazer um comentário com relação à
1100 questão do desenvolvimento. O que ouvi falar é o seguinte sobre a BR-101: é que os portos
1101 precisam ter esse relacionamento com outros portos para facilitar a operação e com isso os
1102 portos do Paraná poderiam crescer. Não vi nenhum estudo e temo que com essa ligação até o
1103 Porto de Antonina seja fechado. Por quê? Com a facilidade que se terá de circular os
1104 caminhões entre Paranaguá e Santos, um navio de grande porte vai descarregar em Santos e
1105 vai mandar os containers para o pátio de Antonina que vai ser muito mais viável que o custo
1106 de um navio. Então vamos fechar o Porto de Antonina, Paranaguá pode sofrer, a Ponta do
1107 Félix pode sofrer. Precisa que alguém faça uma avaliação maior se isso vai trazer
1108 desenvolvimento mesmo.

1109 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Passo a palavra ao Conselheiro Roberto
1110 Gava.

1111 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- A FEPAM tem colocado no final do seu
1112 posicionamento que é contra ao desenvolvimento a qualquer custo, eu também sou. A questão
1113 que está sendo tratada aqui é com forte ênfase pela página ambiental, por enquanto não
1114 apareceu nenhuma justificativa econômica e técnica que justifique, em princípio, essa
1115 aberração, essa agressão ambiental. O Conselho Estadual de Meio Ambiente tem que se focar
1116 basicamente na questão ambiental. Se houver justificativas sociais, econômicas, aí vamos
1117 ouvir e refazer nossa posição, mas por enquanto nada disso existe e acho interessante

1118 buscarmos o contraditório, ouvir aqueles que estão interessados nesta rodovia para buscarmos
1119 então um julgamento mais equilibrado possível.

1120 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Conselheira Vânia.

1121 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Gostaria de saber se o DNIT foi
1122 convidado e não veio, não apresentou resposta.

1123 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Ele foi convidado não oficialmente. Enviou
1124 uma apresentação.

1125 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Ficou deliberado na reunião passado
1126 que faríamos um ofício.

1127 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Foi deliberado e na própria minuta que
1128 vocês receberam está como deliberado. O DNIT, logo depois da reunião, tinha se
1129 comunicado, enviando ao Secretário Rasca essa apresentação. Então convidamos
1130 informalmente o DNIT que acabou não trazendo e não dando uma resposta concreta, faltou
1131 realmente fazer um ofício do convite. Está aqui o pedido e a deliberação do Secretário Rasca
1132 em convidar o DNIT. Já que foi informal o convite ao DNIT, vamos formalizar o pedido.
1133 Conselheiro Adriano.

1134 O Sr. **Adriano Rosemberg** (SEAB):- Paulo, parabéns pela sua apresentação, já ouvi
1135 você discorrer sobre este assunto no Senge por isso sugeri que você viesse apresentar ao
1136 Conselho. E quando se fala em reconvidar o DNIT, queria perguntar, até para você esclarecer
1137 para quem ainda não tinha ciência desse assunto, o DNIT tem algum estudo mais adiantado
1138 sobre isso ou apenas estão dando asas a boatos que essa obra vai ser construída? E se você
1139 tem conhecimento se esse estudo considera as alternativas para o aumento da capacidade do
1140 transporte que seria a cabotagem e o próprio incremento nas rodovias.

1141 O Sr. **Paulo Sidney Carneiro Ferraz** (SENGE):- É uma decisão de o DNIT colocar
1142 numa pauta nacional do Plano Nacional de Logística de Transporte essa ordem. Não sei se
1143 eles concluíram os estudos de viabilidade da obra em si, mas foi definido como o carro-chefe
1144 do DNIT. Outra questão, o DNIT não faz estudo alternativo, ele faz o estudo da rodovia, é
1145 isso que está focado. Não existe um estudo amplo dizendo qual seria o benefício do transporte
1146 marítimo, uma alternativa ferroviária não. Está sendo colocada a obra como se fosse uma
1147 coisa já definida dentro do Plano nacional de Logística.

1148 O Sr. **Adriano Rosemberg** (SEAB):- Parece-me, Paulo, que se quiséssemos tomar
1149 uma medida não pode demorar muito, porque essas coisas acostumam acontecer na calada da
1150 noite, decisões prontas. Então esse convite ao DNIT tem que ser realmente formalizado para
1151 que o Conselho não isoladamente, o Conselho junto com o CREA, com outras entidades,
1152 procurar fazer um manifesto bastante contundente sobre isso.

1153 O Sr. **Paulo Sidney Carneiro Ferraz** (Senge):- Parece-me inclusive que as condições
1154 que estão sendo feitas para obras dentro do PAC favorecem o lançamento e a contratação dela
1155 e depois se discute as questões ambientais, as questões técnicas. Esse é o processo que está
1156 sendo implementado dentro da visão do PAC.

1157 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Passo a palavra ao Rafael Gava, a pedido
1158 regimental da Conselheira Renata.

1159 O Sr. **Rafael Gava** (FEPAM):- Oficialmente boa-tarde a todos. Rafael Gava Diretor
1160 Ambiental da Federação Paranaense de Montanhismo. Primeiro quero agradecer ao Conselho
1161 por ter convidado o engenheiro Paulo Sidney para abordar a visão econômico-ambiental
1162 porque hoje tudo anda junto, não podemos esquecer de nenhum detalhe. E se formos falar do
1163 aspecto econômico, o Conselho de Economia diz que a economia, a ciência da administração
1164 e recursos escassos para a produção de bens que a comunidade precisa. Hoje um dos recursos
1165 mais escassos que temos no Brasil é a biodiversidade, é a mata atlântica, são os manguezais.
1166 Até economicamente nesse aspecto é inviável, se formos aprovar o conceito puro da
1167 economia.

1168 Como a Conselheira Vânia comentou, já havia uma deliberação da reunião passada
1169 para a convocação do DNIT. Isso se mostra urgente, e aqui quem diz é a Federação
1170 Paranaense de Montanhismo que tem se esforçado, são pessoas voluntários que estão
1171 dedicando o seu tempo, são paranaenses, brasileiros, querendo discutir não simplesmente,
1172 abre aspas, o papo do “eco-chatismo” e sim um conceito de Brasil. Não podemos esquecer
1173 que temos um esqueleto dentro do armário que se chama ramal ferroviário São José dos
1174 Pinhais a Paranaguá. É uma obra semi-acabada que está praticamente se enterrando na nossa
1175 Serra e aqui do primeiro Planalto, ou seja, desperdício puro de dinheiro público. Então esse é
1176 assunto de brasileiros, temos que discutir essa questão também.

1177 Se formos abordar a necessidade de ampliação de portos, de ferrovias, isso não é
1178 questão de atender o mercado externo ou não, é uma questão de logística, é questão de
1179 economia, de diminuir custo/Brasil, aumentar o número de empregos racionalmente. Haverá
1180 sempre o argumento que quanto mais trem houver menos caminhoneiros haverá e
1181 consequentemente menos empregos haverão. Só que temos que analisar a abordagem macro,
1182 ou seja, se diminuirmos o custo Brasil haverá mais empregos no nosso país.

1183 E gostaria que qualquer um dos Conselheiros me apresentasse hoje em dia um
1184 caminhoneiro autônomo contente com sua profissão no aspecto econômico. Isso não é de
1185 desconhecimento de ninguém, todos chegam a trabalhar 20, 23h por dia para carregar o que
1186 consumismo, nossas roupas, nossos móveis, etc. Então, agradeço mais uma vez e tem mais
1187 um item: com respeito à celeridade que temos que ter, a FEPAM já enviou correspondência a
1188 praticamente todas as autoridades do Estado do Paraná solicitando seu posicionamento sobre
1189 essa questão. A correspondência enviada ao Governador do Estado foi encaminhada à Casa
1190 Civil, a Casa Civil em caminhou à Secretaria Estadual de Transportes; a Secretaria Estadual
1191 de Transportes devolveu à Casa Civil e a Casa Civil enviou para a FEPAM a seguinte
1192 resposta sobre o nosso pedido de posicionamento do Estado e a resposta foi: "Por favor,
1193 consultem o DNIT".

1194 Então, isto é urgente. Gostaria, mais uma vez, que este Conselho se posicionasse se é a
1195 favor ou contra. Está terminando o tempo de pedirmos opiniões. O DNIT se foi formalmente
1196 convidado, eu, como brasileiro, a mim não interessa. Ele está perdendo sua oportunidade de
1197 estar aqui. E este Conselho precisa se posicionar assim como as autoridades do Estado. Muito
1198 obrigado.

1199 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Com a palavra a Conselheira Renata Garrett
1200 Padilha.

1201 A Sra. **Renata Garrett Padilha** (IEPR):- Faço minhas também as palavras do Rafael
1202 e queria deixar uma coisa registrada, por que foi informal se foi deliberado para ser formal?
1203 Essa era a minha pergunta e queria que ficasse bem registrado e bem claro.

1204 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Correto. Conselheiro Ricardo.

1205 O Sr. **Ricardo Jansen** (IFAS):- Usando os mesmos argumentos do Conselheiro
1206 Roberto Gava, que este Conselho tem que analisar pelo aspecto ambiental e acho que em cima
1207 disso é que devemos nos pautar. Existe algum estudo de impacto ambiental? Mesmo essas
1208 obras de grande porte que provocam um grande dano para ser construída. Porque para fazer
1209 uma omelete temos que quebrar os ovos. Mas, se faz necessário um estudo de impacto
1210 ambiental. Porque qualquer estrada que vai cortar uma área como aquela, vamos considerar
1211 que a rodovia seja importante economicamente para o país, mas a localização dela, o percurso
1212 onde ele está sendo apresentado é que deveria ser feito esse estudo para dizer o impacto que
1213 ela pode ou não provocar e se vai provocar algum impacto. Qual o dano que vai causar? O que
1214 ela pode afetar? Era isso.

1215 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Essa resposta fico devendo à Renata quando
1216 ela questiona por quê? Não tendo mais questionamentos sobre essa apresentação acho que
1217 podemos passar a uma proposição realmente de moção ou não ou vamos ouvir, em fevereiro

1218 de 2008, o DNIT, já com uma proposta de moção pronta e discutida na segunda quinzena de
1219 fevereiro.

1220 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Teria uma sugestão levando em
1221 conta a apresentação, que realmente o PAC primeiro faz e depois pergunta. Vejo que não
1222 basta chamar o DNIT, porque o DNIT é um órgão que está submetido a outros órgãos maiores
1223 que eles que é o Ministério dos Transportes, na realidade é a Casa Civil que é a responsável
1224 pelo PAC. Então nosso negócio não é com o DNIT. Nosso negócio tem que ser com o DNIT,
1225 com o Ministério dos Transportes e com a Casa Civil. Se tivermos que fazer oposição vamos
1226 ter que nos articular e nos opor junto à questão mais grave que é o PAC, essa é uma das obras
1227 aqui para o Paraná, e temos que trabalhar mais rápido do que a gente imagina.

1228 Não creio que dê para deixar para fevereiro isso! E se for fazer alguma coisa sugiro
1229 que seja encaminhado ao DNIT, ao Ministério dos Transportes e à Casa Civil da Presidência
1230 da República, formalmente, dizendo que somos contra isso porque aí temos um documento e
1231 a discussão passa para outro nível. Não pode esquecer de fazer.

1232 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Com a palavra a Conselheira Ana Cláudia.

1233 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- Concordo quanto à importância do
1234 Conselho se manifestar quanto ao conteúdo, quanto à realização mesmo dessas obras
1235 independentemente da Secretaria de Transportes ter se omitido. Só que acho que deveríamos
1236 aproveitar todas essas informações que o Paulo nos trouxe para fazer uma moção
1237 considerando os aspectos técnicos e precisos. Não uma mera moção de desaprovação à
1238 rodovia, simplesmente. Para não parecer um "ecochatismo", ou seja, que seja uma moção
1239 fundamentada em considerações, o professor Bigarella também tem falado muito sobre essa
1240 questão. Então se pudéssemos reunir num documento todas as considerações de ordem
1241 ambiental, de ordem logística, de ordem econômica. Fazer uma moção bem fundamentada e
1242 daí nós submeteríamos à votação e daí divulgar para os demais órgãos. Porque o
1243 licenciamento dessa obra vai ser federal. Tudo bem que o IBAMA precisa da anuência do
1244 IAP. Mas, o poder do Estado numa obra desse porte é muito pequeno. Então é importante o
1245 Conselho de manifestar, de pronto, não esperar o licenciamento ambiental. Só sugiro que seja
1246 uma moção bem fundamentada, bem elaborada para fundamentar todas as contribuições que
1247 temos recebido. Obrigada.

1248 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Se vocês estiverem de acordo com esse
1249 encaminhamento de fazer essa moção bem pautada, que a gente possa encaminhar ao DNIT,
1250 ao Ministério dos Transportes, Secretaria dos Transportes, à Casa Civil da Presidência da
1251 República. Poderíamos, aqui, acordar um responsável por estar buscando a construção dessa
1252 moção, certo, e que essa moção teria que ser aprovada na próxima reunião do Conselho.
1253 Apesar de estar aprovada a questão de moção agora e, se for assim o caso, a questão da
1254 própria redação que todos teriam que acordar. Correto? Ficaria regimentalmente frágil se a
1255 gente não apresentasse isso numa próxima reunião e que tivesse isso aprovado pelo Conselho
1256 Pleno.

1257 De imediato deixaríamos um responsável pela construção desses considerandos e
1258 gostaria que alguém se apresentasse, ficasse responsável pelo acolhimento dessas informações
1259 e construção.

1260 O Sr. **Ricardo Johansen** (IFAS):- Acredito que todos os membros ou a grande
1261 maioria dos membros deve ter e-mail. A Secretaria poderia ficar incumbida de fazer um
1262 "boneco" preliminar, distribuir isso num período de cinco dias e mais dois dias para que todos
1263 os membros, dentro desse prazo de dez dias, façam suas considerações. Findado o prazo a
1264 Secretaria estaria praticamente autorizada em função das considerações dos membros do
1265 Conselho e passaria a moção para frente.

1266 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Queria discordar um pouquinho
1267 do encaminhamento, com todo o respeito aos colegas. Acho que junto com o Rafael e o
1268 Engenheiro Paulo poderíamos sentar, pegar também a contribuição que eu acho que a

1269 ADEMADAM tem, para elaborar uma proposta e soltaríamos pela internet. Quem quiser
1270 melhorar, tirar, pôr põe, não sei se o Rafael concorda.

1271 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- É ótimo o encaminhamento que a Laura
1272 propõe, mas novamente coloco a questão regimental. A redação final, apesar de estar
1273 consensada que é necessária uma moção, é necessário a apreciação do Conselho Pleno na
1274 próxima reunião ordinária. Conselheira Vânia.

1275 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Ia sugerir que eles pudessem fazer a
1276 minuta e aprovaríamos hoje, mas disseram que não têm condições de fazer isso agora.

1277 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Do jeito que foi proposto, em ter
1278 considerações embasadas tecnicamente, mais lúcidas, acho que é conveniente sim termos um
1279 tempo maior.

1280 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Concordo com você, com quem fica
1281 responsável e estabelecer um prazo para discussão.

1282 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Discutimos via internet e pelo jeito a
1283 Conselheira Renata gostaria de se manifestar, já querendo assumir a posição de líder desta
1284 posição.

1285 A Sra. **Renata Garrett Padilha** (IEPR):- Então concordo e assumo este compromisso.
1286 Só preciso saber dos prazos.

1287 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- A partir de sexta-feira é dia 21, pegamos
1288 quinze dias de festas, é horrível tanta festa assim, mas é bom também para descansarmos.
1289 Poderíamos até o dia 20 de janeiro estar com uma redação concluída e imediatamente
1290 repassarmos aos demais Conselheiros, porque temos dez dias de antecedência para a
1291 convocação da reunião ordinária e emitirmos os documentos. Então 20 de janeiro seria um
1292 prazo factível, porque a previsão para a próxima reunião ordinária é para a segunda quinzena
1293 de fevereiro. Acordado isso, passamos para o próximo item de pauta que são assuntos gerais.
1294 Temos dois pedidos, um da Conselheira Kátia, da Secretaria da Educação, que gostaria de dar
1295 um breve comunicado, e depois passamos para a Conselheira Vânia que gostaria de fazer uma
1296 muito breve apresentação, para que possamos encerrar. Passo á Conselheira Kátia.

1297 A Sra. **Kátia Mara de Jesus** (SEED):- A partir do ano que vem, início de fevereiro,
1298 estaremos oficializando a abertura da III Conferência Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente.
1299 São discussões que estarão nas nossas escolas de 5ª à 8ª série, cujo tema principal é
1300 “Mudanças ambientais globais”. Teremos quatro temas oriundos desse grande tema que serão
1301 água/diversificação, biodiversidade/desmatamento, poderes energéticos e resíduos sólidos. As
1302 nossas escolas estarão participando em fases locais, então todas as escolas que aderirem ao
1303 processo da III Conferência realizarão uma conferência na escola, onde os alunos de 5ª a 8ª
1304 série estarão apresentando propostas, relatando projetos onde trabalharam sobre um desses
1305 temas e as propostas de soluções que as escolas estão apresentando para esse tema, pode ser
1306 problema na escola ou na comunidade local. Depois se elege um delegado em cada escola
1307 participante e teremos a fase em nossos núcleos. Temos 32 núcleos regionais da educação no
1308 Paraná. Em cada um desses nossos núcleos teremos uma Conferência Regional de Meio
1309 Ambiente, posteriormente teremos a Conferência Estadual de Meio Ambiente que será em
1310 Faxinal do Céu, o nosso centro de capacitação, onde elegeremos 24 delegados, alunos de 5ª a
1311 8ª, ou seja, entre onze e quatorze anos, para estar representando o Paraná em Brasília no mês
1312 de novembro.

1313 Então gostaríamos de apresentar ao Conselho e também de pedir apoio às instituições
1314 aqui presentes, principalmente porque sabemos que a realidade das nossas escolas no sentido
1315 de que, ao realizarem esses projetos, vão buscar apoio seja de material, material científico ou
1316 mesmo financeiro junto a algumas empresas, e que essas escolas, aos lhes procurarem,
1317 principalmente IAP, SUDERHSA - eles sempre procuram sobre os temas águas,
1318 biodiversidade, que essas instituições possam estar auxiliando os nossos alunos no
1319 desenvolvimento desses trabalhos. Era isso.

1320 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Muito obrigado, Conselheira Kátia.
1321 Conselheira Vânia.

1322 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- O ING, como todos sabem, é uma
1323 ONG, embora todo mundo diga que ING é Instituto Não-Governamental, mas trabalhamos
1324 desde 1998 com a missão de promover e contribuir com o desenvolvimento dos seres
1325 humanos com ênfase na agricultura biodinâmica e na melhor conservação da natureza. Nossas
1326 estratégias são: desenvolvimento pessoal, agricultura e turismo sustentável e intervenção em
1327 políticas públicas, que fazemos participando ou tentando participar dos Conselhos.

1328 Gostaríamos de apresentar aqui um projeto, que é um projeto-piloto, foi feito com o
1329 apoio do HSBC Solidariedade, que é a introdução de biodigestores numa comunidade de
1330 Faxinal, no território do Centro-Sul do Paraná. Encaminhamos o projeto, este folder que
1331 vocês estão recebendo, para o Banco Mundial na época e não foi aprovado, não foi apoiado,
1332 mas depois encaminhamos ao HSBC e conseguimos fazer. São instalações de unidades de
1333 biodigestores como instrumento de saneamento básico, como uma forma alternativa de
1334 energia e de geração de renda, através de adubos orgânicos, que são utilizados pelas famílias
1335 de Faxinal. Mostrando essa tecnologia de Toledo. Trouxemos essa tecnologia de Toledo, a
1336 gente sempre tem que valorizar os jovens e trouxemos, aqui, o Pedro. Esse trabalho do
1337 biodigestor, a invenção, esse trabalho todo teve o apoio de vários professores, mas foi esse
1338 menino aqui que fez a montagem da estrutura do biodigestor.

1339 Primeiro tivemos reuniões com a comunidade que como vocês podem imaginar, falar
1340 num biodigestor numa comunidade de Faxinal é a mesma coisa que falar grego. Aí
1341 capacitamos as pessoas. O projeto previa um diagnóstico socioeconômico, um diagnóstico
1342 ambiental; o georeferenciamento dessa área e a implantação dos biodigestores. Próximo.
1343 Então construímos uma estrutura que não está determinado o tamanho aqui, é de 10/9, ou seja,
1344 uma estrutura para alojar os animais. Os animais no Faxinal para quem não conhece, durante
1345 o dia eles ficam soltos e à tarde, 4 e meia da tarde mais ou menos eles vão para suas casas.
1346 Ninguém chama, eles vão sozinhos, não têm marca e aí alojam-se junto às casas dos seus
1347 respectivos donos. Então fizemos um alojamento para os animais para poder coletar o esterco.

1348 Próximo. Tivemos o biodigestor instalado, ele está gerando biogás, está beneficiando
1349 os membros do Conselho. Foi criado um Conselho que é uma instituição que representa
1350 Faxinal e eles estão utilizando o triturador de cereais que é tocado com o gás do biodigestor.
1351 Além disso, a propriedade que nós escolhemos era uma propriedade que não tinha instalação
1352 elétrica. E hoje eles têm energia elétrica de 12 volts, na propriedade, através do biodigestor
1353 que está instalado na propriedade.

1354 Gastamos 5555 reais para a instalação do biodigestor; 2555 reais para instalar o
1355 triturador de cereais; 750 reais para instalar energia na casa; 5344 reais para instalar a água
1356 que pode servir para a comunidade toda. Construção da estrutura física foram 4172 reais.
1357 Aqui é a propriedade do agricultor, então foi feita essa estrutura aqui que é justamente onde
1358 ele aloja seus animais ao final da tarde. O Pedro pode explicar como funciona o biodigestor.

1359 O Sr. **Pedro** (ING):- Sou o Pedro o responsável técnico pelo biodigestor. São duas
1360 unidades digestoras de 4 mil litros cada uma. A grande que é feita a coleta dos dejetos, vêm
1361 para o biodigestor e são totalmente cheios de dejetos para fermentação. A metade dele é
1362 dentro do solo e a outra metade fora, para dar sustentação e também pegar os raios solares
1363 para melhor fermentação. Então ele passa por esses biodigestores e, posteriormente, o
1364 biofertilizante cai numa caixa que é distribuída para a lavoura o biofertilizante e esse é o
1365 reservatório do biogás. Então ele produz em média, por dia, uns 7 metros cúbicos de biogás.
1366 O biogás é usado num triturador de milho e ao mesmo tempo que ele tritura o milho ele está
1367 alimentando uma bateria de 150 amperes que faz a iluminação da propriedade.

1368 A Sra. **Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Aqui são as fotos que foi instalada.
1369 Existe um olho d'água e a comunidade teve que fazer isso, registre-se, sozinha! Não teve nem
1370 o apoio do Poder Público Municipal. Tanto que eles fizeram isso trabalhando em sistema de

1371 mutirão, sistema que é utilizado nos faxinais. Aqui eles já estavam esperando para ouvir se a
1372 água estava chegando. Foi instalado esse triturador que está beneficiando todos os membros
1373 que participam do Conselho. Isso aqui gerou uma união entre a comunidade além de melhorar
1374 a auto-estima deles. A partir deste projeto conseguimos um outro trabalho junto com a
1375 Secretaria de Trabalho e Promoção do Emprego aqui no Paraná, que é a horta comunitária. E
1376 já conseguimos um outro projeto no Ministério do Meio Ambiente de ecoturismo também no
1377 Faxinal de Barra Bonita. Melhorou a qualidade de vida deles. Aqui vocês podem ver a alegria
1378 do agricultor a hora que começou a funcionar o triturador. O produto pronto.

1379 Fizemos um diagnóstico ambiental rápido, em três parcelas de 144 metros quadrados e
1380 identificamos 35 espécies, inclusive predominância de gabioba, imbuia e também pinheiros
1381 foram encontrados. Também aves, predominância de canários, roedores, pacas, inclusive
1382 jaguatirica. Fizemos um georeferenciamento do Faxinal, aqui quando eles começaram o
1383 trabalho. Uma pessoa da comunidade e o nosso técnico. Inclusive fizemos um estudo porque
1384 o Faxinal está delimitado aqui. As áreas em amarelo são as cercas, e esse faxinal é
1385 praticamente delimitado todo pelo rio. E essas linhas mais escuras são as estradas.

1386 O que quisemos mostrar aqui, no Conselho, é que temos de discutir a questão da
1387 matriz energética. E essa discussão passa por ações simples e pequenas, que é levar para as
1388 pessoas que é possível fazer como a gente fez esse trabalho aqui. Eles estão tendo luz na sua
1389 casa, o gás, o biogás está servindo para triturar o milho e já serve para toda a comunidade e
1390 com isso a gente consegue melhorar um pouco a relação dos faxinais com o seu próprio meio,
1391 das pessoas que moram lá.

1392 Era isso, obrigada pela atenção. Fica o telefone e o endereço do ING aqui e qualquer
1393 dia vocês poderiam visitar o nosso Faxinal que vai estar no projeto de Ecoturismo/ Ministério
1394 do Meio Ambiente com Barra Bonita e tem uma foto no material que vocês receberam. Esse
1395 salto é o Salto São João que fica no Faxinal de Barra Bonita. E lá vocês irão fazer um turismo
1396 voltado à energia renovável e conhecer outras alternativas que temos apresentado lá.
1397 Obrigada.

1398 O Sr. **Paulo Roberto Castela (CEMA)**:- Agradeço à Conselheira Vânia pela
1399 brevidade e temos um último item de assuntos gerais que é a questão da indústria de fumo
1400 propondo sua instalação ao lado da Floresta Nacional de Irati. A nossa proposição é que se
1401 faça uma apresentação de 5 minutos e a questão da discussão que tínhamos proposto, é que
1402 fiquemos com essa apresentação, envie aos Conselheiros e a discussão dos encaminhamentos
1403 disso fique para fevereiro do próximo ano, durante a reunião, em que os Conselheiros poderão
1404 avaliar esse problema da indústria do fumo em Irati do lado da Floresta Nacional de Irati.

1405 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA)**:- o Engenheiro Florestal Trajano é
1406 de Irati e veio a convite nosso apresentar essa discussão. Estive em Irati sábado, fui conhecer
1407 o problema e são dois graves problemas, depois o Trajano aprofundará um pouquinho mais. O
1408 primeiro é que a prefeitura negociou uma área com a J. Malucelli, cedendo uma área próxima
1409 ao Colégio Agrícola para construir um centro de treinamento de futebol e recebeu uma outra
1410 área do lado da Floresta Nacional de Irati e já passou imediatamente para uma indústria de
1411 fumo para construir ali um barracão para manufatura, processamento do fumo. Só que essa
1412 área hoje é usada para agricultura, não é uma grande área, é uma área que circunda entre a BR
1413 e a floresta. E ali causaria já um impacto, todo o impacto que a indústria do fumo causa, e
1414 quando na verdade o próprio Ministério de Meio Ambiente fica estimulando a substituição da
1415 indústria do fumo por outras indústrias mais alimentícias do que a do fumo. E ao lado, do
1416 outro lado da floresta, usaria uma área do IAPAR para fazer um aeródromo, só que é uma área
1417 em declive e que vai afetar profundamente a bacia do Rio das Antas, pega afluentes ali, o
1418 correozinho, e afeta a bacia.

1419 É um assunto que precisamos aprofundar mais, também porque a Câmara Municipal
1420 de Irati aprovou agora, recentemente, há menos de um mês, um projeto de lei permitindo essa
1421 permuta e aí acredito que o Conselho deveria tomar um posicionamento em defesa da floresta

1422 ou do próprio manejo da floresta e da bacia do Rio das Antas. São duas questões: a Floresta
1423 Nacional de Irati e a bacia do Rio das Antas, que são os mais impactados. Agora, também se
1424 questiona: Irati precisa dessa indústria de fumo? Por que implantar mais esse barracão da
1425 indústria de fumo lá? São as linhas para onde seguem o desenvolvimento. Qual o lucro e
1426 prejuízo que isso traz ao município? Seria isso. Vou passar ao colega Trajano para expor o
1427 problema.

1428 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- A respeito desse assunto, colega Laura, declaro
1429 desconhecer a capacidade poluidora de uma indústria fumageira, sou radicalmente contra a
1430 poluição do fumante, agora da indústria do cigarro, não posso concordar e nem discordar de
1431 você. Agora, ela vai gerar um produto altamente poluidor, longe dali, na boca de quem está
1432 fumando. De modo que temos que repensar. E o fato de uma indústria se instalar hoje, tenho
1433 trabalhado com uma equipe do CEMA e um grupo grande de pessoas que trata do
1434 licenciamento ambiental. Acho impossível o IAP concordar com a instalação de uma
1435 indústria, seja qual for, que venha a poluir de qualquer maneira o meio ambiente.

1436 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Não tem licença ainda.

1437 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Então é clandestina. Obrigado.

1438 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Para concluir, vamos passar um clip
1439 solicitado pela Conselheira Laura, de vinte e oito segundos.

1440 O Sr. **Trajano Grassi** (Engenheiro Florestal):- A área que vai ser projetada é junto à
1441 PR-153, trecho Irati e Imbituva e fica a dois quilômetros e poucos do trevo da BR-277, que
1442 passa de Irati e Foz do Iguaçu. Ali é um remanescente de araucária da família Bandeirais que
1443 venderam uma parte S. M. Malucelli. O Sérgio Malucelli é Presidente do Iraty Sport Club e
1444 tinha até aprovado no IAP um projeto de centro de treinamento com algumas restrições. Era
1445 uma atividade que não haveria impacto para o meio ambiente, seria mínimo. Se tivesse
1446 alguma coisa poderia até ser compensado na Floresta Nacional de Irati, o trecho que vai para
1447 Imbituva. À direita aqui é a área, são 17 hectares e esta área de araucária ainda está com um
1448 plano de manejo florestal, foi feito um plano de manejo no final da década de 80. O Sérgio
1449 Malucelli, depois de ter aprovado esse projeto no IAP, acabou, através do prefeito de Irati,
1450 chegando a um acordo em permutar a área do Colégio Florestal, na cabeceira do Rio das
1451 Antas, mas já na área rural, junto ao Colégio Florestal. O Colégio Florestal fazia
1452 aproximadamente trinta anos que fazia uso daquela área com reflorestamento, com prática de
1453 motoserra, como se planta, e a prefeitura chegou a um acordo e permutou essa área, deu uma
1454 área menor para o Sérgio Malucelli – acredito que quando passar pelo IAP vai ser inviável
1455 instalar o centro de treinamento que a imprensa fala, porque falam que vai ser o segundo,
1456 terceiro maior centro de treinamento no Brasil, não sei se é para fazer impacto. Então
1457 conseguiu essa área. E de imediato a prefeitura, na Câmara, conseguiu que de 20 vereadores
1458 dezoito votassem favoráveis, não houve direito a vista ao processo na segunda votação para
1459 essa Premium Tabacos do Brasil. É uma multinacional que, segundo propaganda dela, vai
1460 gerar em torno de 35 empregos e que tem orçamento igual à prefeitura de Irati, algo como
1461 quarenta e poucos milhões. Então uma empresa dessa teria condições de se instalar em um
1462 outro ponto. O problema é que está entorno da Floresta Nacional, acho que não tinha tomado
1463 providências, mas foi comunicada e agora estão tomando as devidas providências para que a
1464 empresa encaminhe o pedido de licenciamento junto ao IBAMA. O IBAMA poderá
1465 apresentar restrições que deverá até vetar esse empreendimento, e ao mesmo tempo em que se
1466 promove - essa reunião começou aproximadamente 15h, mas às 14h30min já tinha uma boa
1467 parte do pessoal aqui, mas uma verificação anterior do aeroclube de Irati que era dentro do
1468 quadro do IBAMA, já tinha se expandido, mas sempre está crescendo aos poucos, o aeroporto
1469 de Irati ficou dentro do quadro do IBAMA, daí a prefeitura pegou aquela área e conseguiu
1470 com o aeroclube autorização para ceder para a indústria, inclusive a Siemens foi conseguida
1471 instalação acho que foi no ano de 2001, por aí, foi instalado a Siemens que depois falaram,
1472 daqui a pouco demite mil pessoas. Esse aeroclube foi um problema, a Secretaria de

1473 Transportes assumiu essa idéia e chegou a um acordo com a administração municipal de Irati
1474 que poderia ser instalado na área do Iapar e a Diretoria do Iapar se manifestou contrária. É
1475 uma área de aproximadamente 300 hectares e 50 anos de pesquisa que começou com trigo,
1476 depois soja, tem o arroz irrigado. Se essa empresa for instalada lá praticamente inviabiliza
1477 50% dessa área, porque não é só a pista de 1500 metros não, porque tem todo um entorno e
1478 tem restrição porque está tudo cercado de floresta e tem um outro detalhe, já finalizando, está
1479 entorno da Estação Ecológica de Pinheiros. Se a Floresta Nacional está a um quilômetro e
1480 meio, por aí, da estação ecológica está a 500 metros e cercado de floresta. Então o terreno é
1481 inclinado e cheio de curvas. Então não vai dá que é um terreno todo inclinado. Se quiser
1482 acessar pelo Google vocês irão ver que vão ter de fazer um corte de terra gigantesco, tirar
1483 milhares de metros cúbicos de terra para fazer uma pista. Isso sou contrário e acredito que, se
1484 for o caso, o Ministério Público de Irati pode ser acionado. Acredito que o Conselho Estadual
1485 acolhendo essas duas questões. Agradeço a atenção.

1486 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Como deliberação dessa apresentação, o que
1487 podemos propor é que a Secretaria Executiva do Conselho pode solicitar à prefeitura de Irati
1488 informações dos projetos e a gente apresentar na próxima reunião e termos alguma coisa
1489 consistente para discutirmos o que encaminhar e como encaminhar. Se vocês estiverem de
1490 acordo. Ótimo.

1491 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Acho que convidaria a prefeitura
1492 de Irati para apresentar os projetos e o IAP para apresentar a situação dos licenciamentos.

1493 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Sim, poderíamos encaminhar desse jeito.
1494 Agora, quanto ao IAP na questão do licenciamento, enquanto não houver uma solicitação
1495 formal dos interessados no empreendimento, fica muito difícil solicitar ao IAP um
1496 posicionamento de uma coisa que ele ainda não recebeu. Podemos solicitar ao IAP
1497 informações a respeito do empreendimento e se ele recebeu ou não e em que fase se encontra
1498 o licenciamento. Podemos encaminhar, formalmente, ao IAP, uma solicitação de informação
1499 se recebeu ou não o pedido de licenciamento nessa área.

1500 A Sra. **Vânia Mara M. dos Santos** (ING):- Como envolve o Colégio Florestal acho
1501 que também seria prudente mandar um ofício para que eles façam suas manifestações.

1502 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Correto. A atividade da fumageira é
1503 indústria, ela vai fazer a produção de cigarro.

1504 O Sr. **Ricardo Johansen** (IFAS):- Então ela vai fazer a produção de cigarro! No caso,
1505 acho que tem de chamar até a empresa. Existe uma legislação que até 2010 o Brasil não
1506 participará mais da produção de fumo.

1507 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- O Brasil ratificou a convenção de
1508 erradicação do fumo. Acho que seria bem lembrada essa proposta. Então fica deliberado que a
1509 emissão de ofício à prefeitura pedindo informação e que ele apresente na próxima reunião,
1510 também, essas razões e depois para o IAP. Vamos ver o caso da questão da indústria.

1511 O Sr. **Ricardo Johansen** (IFAS): Se for apenas um entreposto de recebimento de
1512 fumo seco para fazer o enfardamento e remessa para a indústria lá no Sul, não tem problema
1513 nenhum. Não gera efluente líquido, não vai gerar resíduo sólido nada.

1514 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Acho que a partir do licenciamento do
1515 pedido de instalação, a gente já pode ter idéia se é uma indústria, se é um entreposto e em que
1516 nível isso está sendo pensado pela indústria. Para podermos encerrar a discussão tem a moção
1517 que ficou de ser escrita e a minuta de ofício a ser encaminhado para o INCRA. A minuta de
1518 moção vou pedir para a Vânia fazer a leitura e podermos encerrar a partir daí esta reunião.

1519 A Sra. **Vânia Mara M. dos Santos** (ING):- "Ao Plenário do CEMA reiterando a
1520 posição manifestada em 2003, contrária aos assentamentos sociais dentro dos limites da Serra
1521 da Esperança, aprova a moção que deverá ser protocolada junto ao INCRA informando,
1522 definitivamente, a posição contrária deste Conselho a novos assentamentos de reforma agrária
1523 ou a ampliação dos já existentes nessa área de proteção ambiental criada pelo Decreto (tem

1524 que constar o número do Decreto). 70ª Reunião do CEMA realizada em 18 de dezembro de
1525 2007".

1526 O Sr **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Agradeço. Com a palavra a Conselheira Ana
1527 Cláudia.

1528 A Sra. **Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- Só uma consideração: no início quando
1529 reitera a manifestação do Conselho, falar na "Serra da Esperança", não seria melhor falar na
1530 área de proteção ambiental da Serra?

1531 O Sr. **Paulo Roberto Castella**:- Obrigado.

1532 A Sra. **Laura Jesus de Moura e Costa** (CEDEA):- Só queria deixar registrado,
1533 também, que gostaria de receber por e-mail essa moção para divulgarmos nas redes de
1534 internet que a gente tem e, inclusive, se possível publicar no jornal do SINDSEAB.

1535 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Serão remetidas todas as moções aqui
1536 apresentadas, inclusive o ofício a ser encaminhado a INCRA também vai estar
1537 disponibilizado aos senhores conselheiros, a partir de quinta-feira vai estar na caixa postal de
1538 vocês. A moção já foi aprovada – por bom senso e consenso já tinha sido aprovada
1539 Conselheiro Roberto Gava e se você estiver de acordo encaminhamos assim e emitiremos a
1540 resolução a partir de amanhã, encaminhando ao INCRA ainda esta semana.

1541 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Totalmente de acordo. Obrigado.

1542 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- Aos senhores conselheiros que, bravamente,
1543 resistiram por todo esse tempo, em nome do Secretário Rasca, em nome da Secretaria
1544 Executiva agradecemos a todos e tenham um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo.

1545 Muito obrigado.